



## **RELATÓRIO ACTIVIDADES 2004**

RELATÓRIO ACTIVIDADES 2004

## **Rede de Europeia Anti-Pobreza / Portugal**

---

Rua de Costa Cabral, 2368  
4200-218 Porto  
Telefone 22.5420800 · Fax 22.5403250  
E-mail: [geral@reapn.org](mailto:geral@reapn.org) · Internet: [www.reapn.org](http://www.reapn.org)

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>1 – Informação</b>	<b>5</b>
<b>2 - Acções de sensibilização sobre as medidas do Mercado Social de Emprego e temas relacionados, para a promoção e intercâmbio de experiências entre Entidades Promotoras e ONG's</b>	<b>7</b>
<b>2.1 - I Workshop: “ Participação dos beneficiários da medida Empresas de Inserção”, Évora</b>	<b>10</b>
<b>2.2 - II Workshop: “ Participação dos beneficiários da medida Empresas de Inserção”, Cantanhede</b>	<b>13</b>
<b>2.3 - III Workshop: “ Participação dos beneficiários da medida Empresas de Inserção”, Palmela</b>	<b>17</b>
<b>2.4 - Parecer à Comissão para o Mercado Social de Emprego</b>	<b>20</b>
<b>3 – Mesa Redonda sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal</b>	<b>22</b>
<b>4- Mesa Redonda Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector</b>	<b>25</b>
<b>5 – Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal</b>	<b>27</b>
<b>6 – Dinamização de duas Acções de Formação no âmbito da Economia Social</b>	<b>30</b>
<b>6.1 – Avaliação da Acção de Formação de Santarém</b>	<b>38</b>
<b>6.2 - Avaliação da Acção de Formação da Lourinhã</b>	<b>48</b>
<b>7 – Estudo sobre a temática das Empresas de Inserção em Portugal / Actualização do Directório das Empresas de Inserção publicado pela REAPN em 2001</b>	<b>57</b>
<b>8 -Articulação com as estruturas centrais do IEFP</b>	<b>61</b>
<b>9 – Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e actividades do Plano de Acção</b>	<b>62</b>
<b>10 - Conclusão</b>	<b>63</b>

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com a Clausula 2ª do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, em 26 de Julho de 2000, este documento tem como principal objectivo a apresentação do trabalho desenvolvido ao longo do ano 2004. Serve igualmente de complemento ao Relatório apresentado em Julho referente às actividades desenvolvidas no ano 2004.

Após três anos de estreita colaboração com as estruturas centrais e regionais do IEFP, a REAPN procurou assumir um papel importante na estratégia de promoção e divulgação das Medidas do Mercado Social de Emprego e na sensibilização para as problemáticas que o MSE procura combater: desemprego, pobreza e exclusão social, dando particular ênfase a acções de carácter formativo e informativo, nomeadamente, a realização de workshops, seminários, mesas redondas e acções de formação, realizadas em todo o território nacional, sempre em articulação estreita com o IEFP.

Em 2004, a REAPN procurou imprimir um carácter mais operativo ao desenvolvimento deste Protocolo, tendo numa fase inicial planeado realizar acções de investigação no âmbito das Medidas do Mercado Social de Emprego. Trata-se, sobretudo procurar dar um contributo ao conhecimento aprofundado e à reflexão do impacto do que foram quase oito anos de promoção e execução do MSE e particularmente das Empresas de Inserção, para além, da prossecução de actividades já executadas em anos anteriores: workshops, Mesa Redonda e Acções de Formação.

Por razões, que serão explicadas no decorrer deste relatório, sentiu-se a necessidade de substituir esse estudo, pela actualização do Directório que a REAPN publicou em 2001, sobre Empresas de Inserção em Portugal, promovendo ao mesmo tempo um inquérito nacional a todas as Entidades Promotoras e aos beneficiários directos da Medida, de maneira a realizar esta tarefa de uma forma mais abrangente.

Assim, em conformidade com o Protocolo de Cooperação, este relatório apresenta um balanço das acções executadas em 2004, com a respectiva análise avaliativa de cada uma.

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2004

### 1- Informação

Durante o ano de 2004, a REAPN prosseguiu as diversas acções de divulgação, sensibilização e informação das diversas Medidas do Mercado Social de Emprego, procurando obedecer a uma lógica de favorecimento da intervenção das ONG's e da sociedade civil.

Neste sentido, as diversas publicações da REAPN, foram um veículo fundamental para esta tarefa informativa. No entanto, o seu papel não se limitou apenas à divulgação das medidas e das diversas acções, serviu também para o fomento, discussão e reflexão destes instrumentos e o seu papel no seio das organizações promotoras das medidas do Mercado Social de Emprego (MSE). Constituindo uma forma directa de manifestar opiniões, críticas e boas práticas à execução e implementação do MSE.

A Revista de Política Social REDITEIA, o Boletim Informativo FLASH REDE, (**Anexo 1**) publicaram regularmente artigos sobre os eventos que decorreram, assim como informações variadas sobre o Protocolo. Em relação aos Núcleos Distritais da REAPN, quer através dos seus Boletins Informativos (**Anexo 2**), quer através do apoio prestado, nas candidaturas às diferentes Medidas do MSE, foi igualmente dado um contributo às Entidades Promotoras e esclarecimentos ao seu pessoal técnico e dirigente, com vista à elaboração de propostas e projectos a iniciativas disponibilizadas pelo Mercado Social de Emprego.

Sendo a REAPN, uma estrutura organizativa territorializada, através do estabelecimento de Núcleos Distritais, estes surgem como uma plataforma de informação, sensibilização e apoio quer à persecução das acções deste Protocolo, quer ao apoio informal aos associados e ao seu *staff* técnico e dirigente, no que diz respeito ao MSE, sempre em estreita colaboração com as estruturas locais e regionais do IEF, nomeadamente os CTE's locais.

Em 2003, a REAPN instalou uma sub-página na Internet, com ligação à sua própria página, que tem como principais objectivos, dar conta das realizações deste Protocolo, actualizando todos os eventos, mas também a promoção de interacções entre todos os intervenientes do Mercado Social de Emprego e da Economia Social em Portugal.

Após a sua instalação definitiva no final de 2003, foi realizado durante o primeiro trimestre do corrente ano a sua actualização e correcção de alguns conteúdos, bem como a sua divulgação junto de parceiros, entidades promotoras e ONG's, foi particularmente durante o 2º trimestre de 2004 que este esforço foi realizado, nomeadamente, através da estrutura informativa da REAPN, quer da sede nacional, quer dos Núcleos Distritais. Foram igualmente aproveitados outros meios e formas de divulgação e informação, nomeadamente, no Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, assim como em workshops, seminários e outros eventos promovidos pela REAPN, eventos não necessariamente no âmbito deste Protocolo, mas no decurso de acções inerentes a outros Projectos em curso.

A actualização do Directório das Empresas de Inserção, permitiu imprimir uma nova dinâmica de divulgação, utilização e consulta deste instrumento, que julgámos fundamental para a promoção das Empresas de Inserção em Portugal e das outras Medidas do MSE. Continuará, também no âmbito do Grupo de Trabalho, a plataforma de discussão sobre a Economia Social, neste sentido, contaremos com este instrumento de trabalho para uma futura utilização em acções de divulgação e informação de eventos e reflexões sobre o Mercado Social de Emprego.

Considerando a REAPN, desde a sua fundação que a informação é um eixo privilegiado do desenvolvimento de interacções entre instituições e grupos de pessoas que trabalham nas áreas da luta contra a pobreza e a exclusão social, este eixo tem sido ao longo do desenvolvimento deste projecto uma área prioritária de actuação. A REAPN procurou ao longo do corrente ano, que todos os instrumentos postos à disposição deste Protocolo fossem melhorados e suficientemente divulgados. Para tal a REAPN colocou *on-line* os relatórios referentes às acções que decorreram em 2002 e 2003, nomeadamente os workshops, seminários, conferências e a I Mostra do Mercado Social de Emprego que se realizou em Évora em Setembro de 2003. Durante o 2º semestre foi realizado um esforço de animação da página à medida que foram decorrendo as diversas actualizações quer dos eventos programados, quer – e efectivamente consideramos esta a grande aposta – a actualização do Directório das Empresas de Inserção, durante o ano 2005.

## **2 – Acções de Sensibilização sobre as Medidas do Mercado Social de Emprego e temas relacionados, para promoção e intercâmbio de experiências entre Entidades Promotoras e ONG's.**

O Ano 2004, constituiu um importante marco de consolidação do Mercado Social de Emprego. Neste sentido, este foi um ano, para todos os envolvidos neste processo, de reflexão e de reformulação deste conjunto de Medidas de Política Social. Foi igualmente consensual entre todos os envolvidos no MSE, que este foi o ano de balanço e de adequação das diversas medidas em vigor, particularmente a nível legislativo.

O Plano de Acção para 2004 previa a realização de 3 workshops temáticos, distribuídos geograficamente pelo país, um em cada região (Norte, Centro e Sul), que possibilitassem a discussão sobre o MSE em todas as suas vertentes e acima de tudo constituíssem um momento de sensibilização para os programas junto das Entidades, dos técnicos e particularmente dos beneficiários.

Sendo o Mercado Social de Emprego um amplo quadro de soluções de formação profissional e emprego, dirigidas a públicos em situação de maior risco de pobreza e exclusão social, a REAPN procurou promover este ano este tipo de eventos, tendo em consideração que é necessário ir para além dos discursos e da demonstração de resultados a partir do exterior, de quem se preocupa e refere à problemática da pobreza e da inclusão sócio-profissional. Neste sentido, estes workshops promoveram a perspectiva de quem realmente vivência os problemas da integração sócio-profissional – os beneficiários directos das Medidas do Mercado Social de Emprego – e que se encontra em condições singulares para poder avaliar as políticas através das quais se tem tentado combater os problemas da inclusão sócio-laboral.

A filosofia de actuação e promoção destes workshops partiu do pressuposto que a participação de todos os cidadãos nos processos que determinem a sua vida social é uma condição essencial para a construção de uma cidadania plena. A constituição dessa cidadania é um processo longo e obtido passo a passo. A REAPN, considera que a promoção de actividades que visem o desenvolvimento pessoal, cultural, económico e moral de todas as pessoas e particularmente as que se encontram em situação de pobreza e exclusão social e que impliquem a participação destes cidadãos, de forma a incentivar o seu agir económico e a sua inclusão sócio – laboral, contribuirá necessariamente para o reforço dessa cidadania.



O grande objectivo destes workshops foi precisamente dar voz e estimular a participação activa de quem raramente é ouvido nestas ocasiões – a população que experimenta ou experimentou uma situação de exclusão e todos os problemas inerentes e enquadráveis nos Programas e Medidas do Mercado Social de Emprego.

Por outro lado, estes workshops pretendiam dar continuidade ao trabalho de sensibilização, reflexão e avaliação do MSE, já realizados em anos anteriores, no âmbito deste Protocolo, sendo que desta vez o exercício avaliativo seria realizado pelos beneficiários directos das Medidas, não excluindo as Instituições, os técnicos e os dirigentes.

A selecção dos participantes ficou a cargo dos Núcleos Distritais da REAPN, disponibilizando todos os meios necessários para a mobilização de todos os beneficiários através dos contactos com as Entidades Promotoras dos Programas e Medidas do MSE nos Distritos, sensibilizando os técnicos e dirigentes para que dinamizem e estimulem a participação destes nas Empresas de Inserção e nos demais Programas.

Os workshops sobre a Medida Empresas de Inserção, com a participação dos beneficiários, realizaram-se em Évora, no dia 30 de Junho, em Cantanhede (Coimbra), no dia 16 de Setembro e em Palmela (Setúbal), no dia 23 de Setembro. Todos os eventos contaram com a colaboração dos Núcleos Distritais da REAPN, na organização e mobilização dos participantes, bem como a dos associados e das diversas Entidades Promotoras contactadas.

A metodologia de dinamização do fórum incluía 3 partes distintas:

- Cerca de 10 minutos para introdução dos objectivos gerais do fórum.
- Operacionalização do atelier, através da realização de uma entrevista colectiva dotada de carácter informal, com a colaboração de um dinamizador e de um relator.
- Apresentação das conclusões do atelier em sessão plenária, seguida de um debate geral para aprofundamento de algumas questões.

As conclusões foram preparadas por cada um dos dinamizadores e pelos relatores e apresentadas por dois beneficiários presentes no fórum.

Entre a dinamização do atelier e a apresentação das conclusões realizou-se um coffee –break que permitiu o convívio informal entre os participantes – técnicos e



beneficiários, de forma a facilitar o diálogo e a reflexão. Todos estes procedimentos repetiram-se na dinamização de todos os workshops.

Foi estabelecido um Guião prévio que serviu para condução da entrevista colectiva, suficientemente flexível de forma a permitir a participação activa dos trabalhadores das EI e que não seguiu uma sequência de questões previamente fixadas, antes deixou fluir as opiniões e foi conduzindo o debate para a abordagem dos assuntos mais focalizados pelos trabalhadores. Este guião permitiu a formulação de uma série de questões avançadas pelos beneficiários.

## **2.1 - I Workshop: “Participação dos Beneficiários das Empresas de Inserção”**

**Évora, 30 de Junho de 2004**

Em estrita colaboração com o Núcleo Distrital da REAPN de Évora, realizou-se no dia 30 de Junho o I workshop de participação dos beneficiários na discussão e reflexão sobre o MSE e em particular sobre a Medida Empresas de Inserção no Distrito.

Foram contactadas seis Empresas de Inserção: a Multiserv da Associação de Protecção dos Idosos e Reformados (APIR) de S. Sebastião da Giesteira – Évora (presentes 3 trabalhadores mais o técnico); a ADA – Empresa de Inserção de Portel (presentes 3 trabalhadores mais o técnico); a Caritas Diocesana de Évora (presente, com 3 trabalhadores mais o técnico); e a Cercimor, de Montemor-o-Novo (também presente com 3 trabalhadores mais o técnico).

Foram igualmente contactadas a Santa Casa de Campomaior; a Caritas Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a APPACDM de Évora, que por motivos de indisponibilidade profissional dos seus trabalhadores e dos seus técnicos não puderam marcar presença, manifestando no entanto o seu apoio à iniciativa e a vontade de aderir a eventos futuros deste tipo.

A operacionalização do atelier, contou com a colaboração de um dinamizador (Dr. Luís Tojo, da ADA Portel) e de um relator (Prof. Marcos Olímpio, Departamento de Sociologia da Universidade de Évora).

### **Conclusões do workshop de Évora**

1. A divulgação das Empresas de Inserção, não parece ser algo muito visível junto do público beneficiário, pelo menos na comunicação social ou outro qualquer meio de comunicação. Maioritariamente as Empresas de Inserção tornaram-se conhecidas destes trabalhadores por iniciativas de representantes de instituições, muitas delas Entidades Promotoras das Medidas, ou ainda pelo contacto com pessoas conhecidas – em grande parte dos casos, um técnico ligado a uma associação local.
2. Na generalidade, o encaminhamento dos beneficiários para as Empresas de Inserção, implica um esclarecimento do que significa a Medida, uma explicação aos beneficiários das principais linhas orientadoras da Medida, expectativas e objectivos e o que se espera dos trabalhadores, são os principais esclarecimentos prestados quando da selecção dos trabalhadores. Perante este quadro, estes consideram que ficam perfeitamente esclarecidos do

essencial e possuem a noção de que este poderá ser um período transitório na sua vida profissional.

3. Quando interrogados sobre as razões de recorrer a este tipo de Medida, ou a qualquer outra, dentro do MSE, os trabalhadores atribuem a situações de desemprego prolongado o recurso às EI, como forma de superar as suas dificuldades laborais e garantir um rendimento fixo, muitas das vezes, como forma de equilíbrio do orçamento familiar. Muitos destes trabalhadores, são efectivamente Desempregados de Longa Duração, a oportunidade que surge nas EI permite-lhes ensaiar uma estratégia de “fuga” a este tipo de situação social.
4. As saídas profissionais constituem as maiores dúvidas no funcionamento da EI, sendo factor de perturbação pontual do relacionamento entre trabalhadores. De uma forma geral os trabalhadores consideraram a sua experiência profissional no seio das EI, como bastante satisfatória ao nível do relacionamento com os restantes colegas, sendo este considerado um ponto positivo.
5. As Entidades Promotoras ao proporcionar-lhes um posto de formação/trabalho e, pelo menos perspectivar um emprego, oferecem-lhes uma nova oportunidade, sendo por isso considerado satisfatório o relacionamento com a própria Entidade Promotora.
6. O período de formação, apresenta-se muitas vezes como algo problemático, maioritariamente porque se inicia uma nova actividade profissional, para muitos completamente nova e totalmente desconhecida. Muita dessa formação é realizada em contexto da EI e em muitos casos é ministrada pelos colegas que já exercem a actividade. Os trabalhadores consideraram que os conhecimentos específicos adquiridos constituem uma mais valia para o exercício de uma actividade profissional e esta é igualmente considerada a maior vantagem em termos pessoais que as EI proporcionam, para além do fomento da auto-estima, também reconhecida pelos próprios.
7. Como pontos mais negativos, foram considerados alguns processos administrativos mais demorados, tais como, o pagamento de vencimentos atempadamente, no entanto, os trabalhadores não culpam as Entidades Promotoras, antes a burocracia de todo o processo.
8. Outra consideração, relativamente ao funcionamento das EI, foi o pouco tempo de preparação (formação) de alguns trabalhadores, sendo necessário alguma flexibilidade desta etapa como forma de superar esta lacuna.
9. Terminado o processo de inserção, os trabalhadores sentem-se com capacidade, em muitos casos, para prosseguir o seu próprio caminho, ou seja,

tentar arranjar emprego por iniciativa própria, sem intervenção da Entidade Promotora e mesmo, em alguns casos, avançar para a criação do seu próprio emprego, através de uma oportunidade de criação do seu próprio negócio. Tudo depende de variados factores: acesso ao crédito, conseguir compatibilizar o trabalho com a vida familiar e oportunidade de mercado a nível local. No entanto alguns manifestaram claramente o receio das exigências inerentes a uma aposta deste tipo, preferindo continuar a desempenhar uma função análoga, embora com mais garantias de emprego “certo”.

- 10.** Em relação ao seu próprio futuro profissional, os trabalhadores apresentaram alguma descrença na sua colocação profissional, em grande parte porque consideram não existirem oportunidades de emprego a nível local; outro factor considerado foi a situação familiar, por vezes, geradora de inibições na procura de trabalho noutros locais, em parte pela idade, em muitos casos os trabalhadores têm mais de 35 anos e baixas qualificações o que se torna um entrave na sua opinião a arranjar um emprego. Existe a convicção generalizada de que nenhuma entidade pública ou privada empregará alguém nestas condições.
- 11.** A generalidade dos participantes considerou que o encontro foi positivo e de interesse para os beneficiários, particularmente por lhes ter sido dada a oportunidade de falar sobre a sua própria experiência, ficando na expectativa de que este tipo de eventos possa, de alguma forma, ter repercussões junto das instâncias responsáveis, mostrando ainda disponibilidade para participarem em futuros encontros nos quais se possam aprofundar esta problemática das Empresas de Inserção.
- 12.** De notar que seria interessante, na opinião dos beneficiários, a discussão sobre temas que os afectam directamente como a oportunidade de emprego local, os factores de qualificação profissional, o direito a subsídio de desemprego e outras regalias sociais inerentes ao desempenho de uma profissão e outros temas relacionados com a estabilidade profissional e familiar.

## 2.2- II Workshop: “Participação dos Beneficiários das Empresas de Inserção”

Cantanhede, 16 de Setembro 2004

Em colaboração com o Núcleo Distrital da REAPN de Coimbra, realizou-se no dia 16 de Setembro o II workshop de participação dos beneficiários na discussão e reflexão sobre a Medida Empresas de Inserção.

Foram dirigidos convites a 11 Empresas de Inserção do Distrito de Coimbra: a Pensar de Penacova, a Associação de Desenvolvimento da Figueira da Foz, a Empresa de Catering Horizon, da Figueira da Foz, a Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, a ARCIL da Lousã, a Associação de Desenvolvimento de Cantanhede, a ADIP de Vila Nova de Poiares, a Varziela Século XXI, de Cantanhede, a União das IPSS's de Cantanhede, a Associação Fernão Mendes Pinto, da Figueira da Foz e a APPACDM da Tocha. Registou-se a presença de 8 trabalhadores em representação de 4 Empresas de Inserção, para além de 4 técnicos das equipas de enquadramento e de 1 dirigente de uma entidade promotora. **(Anexo 3)**

Algumas das empresas e entidades contactadas, alegaram indisponibilidade profissional dos seus trabalhadores e dos seus técnicos, manifestando no entanto apoio à iniciativa.

A operacionalização do atelier, através da realização de uma entrevista colectiva dotada de carácter informal, contou com a colaboração de um dinamizador, Prof. Fernando Martinho, Coordenador do Núcleo Distrital da REAPN de Coimbra e Dr. Júlio Paiva da REAPN Sede Nacional, como relator das Conclusões.

A apresentação deste evento ficou a cargo do Prof. Fernando Martinho, que muito sucintamente explicitou os objectivos que se pretendiam e qual a metodologia a empregar, salientando a importância das questões da participação directa dos beneficiários/utentes das Medidas do Mercado Social de Emprego para a REAPN e a constituição destes fóruns de discussão como meio de promover a participação e recolha de opiniões dos que mais directamente trabalham no MSE: técnicos, dirigentes e trabalhadores, com especial incidência nestes últimos, pelas raras oportunidades que lhes são atribuídas.

Por seu lado, a Dr.<sup>a</sup> Ana Teodósio, vereadora da Acção Social da Câmara Municipal de Cantanhede, entidade organizadora do workshop, salientou a importância deste e da iniciativa da REAPN, chamando a atenção para a abertura destas iniciativas por parte da Câmara Municipal, até pela importância do MSE no desenvolvimento local e na promoção da inclusão sócio laboral, destacando, igualmente, a importância das

organizações da Economia Social e do Terceiro Sector no concelho, não apenas como um dos principais empregadores como a lacuna que consegue colmatar ao nível da oferta de serviços que não se encontram quer no sector publico, quer no privado, não servindo apenas como integradores de beneficiários do Rendimento Social de Inserção ou outros públicos desfavorecidos, mas possuindo, ao nível concelhio, um papel de dinamizador económico, sendo para tal necessário que mantenha quer a sua função integradora, quer a perspectiva empresarial.

### **Conclusões do workshop**

Prosseguindo a metodologia de outros encontros, foi igualmente estabelecido um Guião prévio que serviu para condução da entrevista colectiva, suficientemente flexível de forma a permitir a participação activa dos trabalhadores das EI e que não seguiu uma sequência de questões previamente fixadas, antes deixou fluir as opiniões e foi conduzindo o debate para a abordagem dos assuntos mais focalizados pelos trabalhadores. Este guião permitiu a formulação de uma série de questões avançadas pelos beneficiários, assim:

1. Os participantes no workshop tomaram conhecimento da medida Empresas de Inserção através das instâncias oficiais, em grande parte direccionadas através dos processos de encaminhamento do Rendimento Social de Inserção e do ex-RMG, CTE do IEFP, mas também por vias mais informais de contacto, ou seja: amigos, familiares e conhecidos, que por sua vez conheciam ou tinham essa indicação, mas nem todos os trabalhadores são oriundos do RSI, alguns procuraram por sua própria iniciativa as EI's para obterem um emprego.
2. Dos trabalhadores presentes, a grande maioria procurou as Empresas de Inserção pela necessidade absoluta de encontrar um trabalho, de preferência remunerado e com alguma estabilidade profissional, que pudesse fornecer algum tipo de formação profissional e com alguma hipótese de prosseguir no futuro com uma profissão, de preferência na área geográfica do conselho.
3. A falta de alternativas viáveis em termos de emprego nos três conselhos citados foi outra das razões evocadas para procurarem emprego junto das EI's porque seriam as únicas a oferecer simultaneamente trabalho remunerado e formação profissional. Saliente-se a importância que as EI's adquirem na Economia e no desenvolvimento local, sendo muitas das vezes um dos poucos empregadores da zona.



4. A fase da formação, foi considerada positiva por parte dos trabalhadores, não só porque lhes permitiu a aprendizagem de uma profissão, em muitos casos este era o primeiro contacto com o mundo do trabalho, com também pela possibilidade de convívio com outras pessoas em circunstâncias idênticas às suas, sendo portanto uma fase de integração sócio laboral conseguida sem grandes problemas, apesar de em alguns casos demorar o relacionamento com alguns colegas.
5. A função psico-social e integradora do trabalho, não só como meio de subsistência mas como local de convívio e socialização são igualmente destacadas pelos trabalhadores: “ *precisava de conviver com as pessoas...gosto do convívio*”, aqui o valor integrador e psicológico do trabalho adquire importância ao nível dos trabalhadores.
6. A formação quando existe, surge como uma fase de adaptação a novos ritmos, novas profissões e acima de tudo na possibilidade de arranjar um emprego. Esta é a principal visão da fase de formação. A fase de profissionalização e da adaptação a tarefas, bem como a ritmos de trabalho resulta em grande parte desta primeira fase e do trabalho da equipa de formação e enquadramento, se normalmente se consegue uma boa fase de integração na formação, o trabalho a desempenhar e as tarefas e ritmos inerentes são mais conseguidos na fase de formação.
7. A fase de profissionalização é encarada como um tempo de integração social, laboral e psicológica, sendo a incerteza do que irá acontecer dois anos depois o que mais preocupa estes trabalhadores. O futuro surge com dúvidas e com algumas angústias, no entanto o facto de se poder trabalhar e obter um rendimento fixo durante dois anos já permite estabelecer alguma estabilidade laboral, familiar e emocional.
8. Para estes trabalhadores as Empresas de Inserção, independentemente de alguns defeitos conferem em primeiro lugar um saber fazer “ *um emprego, um trabalho certo*”, capacidade de iniciativa, auto estima e sentido de responsabilidade: “ *quem trabalha aqui é responsável, não somos os coitadinhos, somos tão capazes como os outros... ou mais capazes até*”, “ *sou capaz de montar o meu próprio negócio, depois disto acho que já sou capaz, se não tiver outro emprego...*”, “ *Quando vim para a Empresa, não sabia fazer nada, aqui aprendi quase tudo até a conviver com os colegas, pois estava sempre sozinha...*”.
9. Os trabalhadores acham que existem determinadas áreas de actividade, onde é mais fácil a integração profissional, a utilidade da fase de formação, a saída



para o mercado normal de trabalho e até a possibilidade de estabelecer o seu próprio posto de trabalho, nomeadamente, a jardinagem e a produção de alguns produtos e serviços agrícolas, no entanto, foram igualmente alertados para a responsabilidade de constituir o seu próprio posto de trabalho, nomeadamente pela constituição de uma micro-empresa e no que isso implica de obrigações fiscais e laborais.

- 10.** Os trabalhadores referiram ainda a hipótese de este tipo de medidas ser alargada a novos públicos e não se limitarem muitas vezes aos beneficiários do RSI ou a qualquer tipo de público específico, acham que a combinação de outras pessoas (outros públicos – alvo) traz uma riqueza de convívio e de experiências profissionais e de vida.
- 11.** As principais críticas à Medida são, os atrasos de pagamento de salários e alguma burocracia excessiva o que causa alguns transtornos na organização da vida familiar e o estigma associado às EI's consideradas, na visão dos trabalhadores, por todos os outros como Empresas constituídas para empregar “coitadinhos”.
- 12.** Outra dificuldade referenciada, principalmente pelas mulheres trabalhadoras é a difícil conciliação da vida familiar com a vida laboral e a inexistência em muitos casos de estruturas de apoio à família – creches, infantários, ATL's ou lares de Idosos, suficientes e com horários adequados à organização da sua vida familiar.

### **2.3- III Workshop: “Participação dos Beneficiários das Empresas de Inserção”**

**Palmela, 23 de Setembro 2004**

No dia 23 de Setembro de 2004, realizou-se em Palmela o III workshop com a participação dos beneficiários da Medida Empresas de Inserção no Distrito, evento que se realizou na Casa Mãe da Rota dos Vinhos.

Foram dirigidos convites, por mailling e realizados contactos directos, a 12 entidades promotoras de Empresas de Inserção do Distrito de Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, Centro Social S. Pedro do Afonsoeiro, Cercima, Centro Social de Bem Estar Social de Fernão Ferro, Cercizimbra, Centro Comunitário da Quinta do Conde, Associação Sol Nascente, Centro social de Palmela, Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta e Associação Jovem Tejo.

Participaram neste workshop, representantes de 4 Empresas de Inserção: “Carpinjovem” da Associação Jovem Tejo (1 Técnico e 1 Beneficiário); “A Cebolinha”, Empresa do Centro Social e Paroquial de Fernão Ferro (1 Técnico e 2 beneficiários) e a “Momentos Mágicos” do Centro Social de Palmela (1 técnico e 3 beneficiários) e ainda 1 técnico da Equipa de Enquadramento da Empresa da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição. **(Anexo 4)**

A indisponibilidade demonstrada por parte de algumas Entidade convidadas, deve-se essencialmente a factores relacionados com a realização deste evento num dia considerado útil em termos de trabalho para as Empresas e para a Entidades.

A operacionalização do atelier ficou a cargo de um dinamizador, Dr. João Sécio do Centro Social e Paroquial Fernão Ferro e da Dr.<sup>a</sup> Manuela Caiado responsável da Empresa de Inserção “Momentos Mágicos” de Palmela.

O coordenador do Núcleo de Setúbal da REAPN, Guilherme Bettencout deu as boas vindas aos participantes e começou por salientar a importância de momentos de encontro e discussão entre os agentes que intervêm no terreno.

Guilherme Bettencourt fez ainda referência ao projecto “Activar a Participação” como forma de dar voz aos beneficiários das medidas de intervenção social, reforçando o papel da REAPN na promoção das redes de instituições e conseqüente enriquecimento na defesa dos interesses das mesmas.

O Dr. João Sécio na qualidade de moderador do workshop convidou os técnicos das Empresas de Inserção (EI) a apresentar os seus projectos no essencial e depois deu a

palavra aos trabalhadores em processo de inserção para falarem das suas experiências.

### **Conclusões do workshop**

Estavam representados 3 projectos distintos em termos de ramo de actividade, acompanhados por diferentes Centros de Emprego (CE) o que tornou o workshop ainda mais representativo.

Os constrangimentos à aplicação desta medida foram partilhados pelos técnicos presentes, nomeadamente:

1. O não financiamento das remunerações dos técnicos que acompanham os projectos sobrecarregam as instituições que acabam por suportar estes encargos de modo a garantir a qualidade da resposta aos processos de inserção. Como referiu Guilherme Bettencourt “não existe auto-inserção”;
2. A não existência de legislação laboral específica para as EI dificulta o processo de substituição dos trabalhadores em processo de inserção quando terminam o ciclo de inserção, uma vez que a Lei Geral do Trabalho não permite a contratação de outro trabalhador para o mesmo posto de trabalho sem ter decorrido um terço do tempo de duração do contrato. É fácil de prever as dificuldades de funcionamento das EI quando um grande número de trabalhadores termina o ciclo de inserção na mesma data;
3. A comparticipação financeira desta medida não contempla as obrigações inerentes à cessação dos contratos, nomeadamente por caducidade dos mesmos;
4. A inflexibilidade de alguns normativos dificulta o funcionamento das EI quando estas têm que garantir a qualidade nos serviços prestados e muitas vezes os destinatários desta medida são pessoas com disponibilidade condicionada;
5. É necessário um acompanhamento no terreno por parte das entidades gestoras das Medidas e dos Programas de modo a testar a sua aplicabilidade;

6. Em relação aos beneficiários desta Medida que estavam presentes, a avaliação foi genericamente positiva;
7. Todos referiram que a integração nas EI representa uma oportunidade de trabalho ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento das competências necessárias ao desempenho da profissão;
8. Todos fizeram referência ao valor da remuneração por a considerarem demasiado baixa;
9. No caso da EI “Momentos Mágicos”, os beneficiários presentes no workshop eram ambos desempregados de longa duração com formação específica em Animação Sociocultural e Desportiva, sendo o trabalho na EI uma oportunidade para desenvolver os seus talentos e alargar os seus conhecimentos técnicos, enriquecendo o CV;
10. Mesmo sabendo que a integração numa EI não garante um emprego, os trabalhadores referiram as vantagens que esta representa.
11. Assim pode concluir-se que apesar das dificuldades, esta medida tem potencial e tem contribuído para melhorar muitos projectos de vida, na opinião dos beneficiários directos das Empresas de Inserção.

## 2.4- Parecer da REAPN à CMSE

Em Março, foi elaborado um documento, dirigido à Comissão para o Mercado Social de Emprego e por solicitação desta, sobre a Medida Empresas de Inserção. A REAPN procurou dar o seu contributo à Comissão, elaborando uma síntese de todos os documentos produzidos no âmbito deste Protocolo, nomeadamente, os workshops realizados desde 2001, e que visavam especificamente a Medida Empresas de Inserção.

Foram igualmente objecto de síntese e numa forma transversal tidos em consideração outros documentos, para além disso a REAPN procurou reunir a opinião de vários especialistas em Economia Social que têm participado activamente quer na realização de alguns eventos relevantes – workshops, seminários, conferências e encontros informais, que poderiam ter interesse para tal parecer, nomeadamente a auscultação dos membros do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, que iniciou as suas actividades em 2003, por proposta da REAPN. Tal documento foi entregue à Comissão para o Mercado Social de Emprego, em Abril de 2004. Julgámos ter contribuído de uma forma pertinente e isenta, para a formulação de novos conceitos e novas adaptações das Medidas e Programas. Pretendemos também que tal documento fosse uma síntese de opiniões expressas por especialistas, mas também pelos técnicos e dirigentes das Entidades Promotoras, num esforço conjunto de reflexão sobre a temática.

Neste sentido, revelou-se de extrema importância a recolha, selecção e sintetização de todo o material relativo aos seguintes eventos:

Relatórios dos seguintes workshops:

- **“ A Inclusão pela Economia. Empresas de Inserção que futuro?”**

15 Julho de 2002, Auditório do Museu da Pedra – Cantanhede

- **“Mercado Social de Emprego. Um caminho para a inserção.”**

17 de Setembro de 2002, Associação APIR, S. Sebastião da Giesteira (Évora).

- **“ Marketing Social no combate à exclusão”.**

8 de Novembro de 2002, Auditório da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

- **“ Medida Inserção/Emprego do MSE”.**

19 de Novembro de 2002, Associação ACASO em Olhão.

- **“ Medida Emprego Protegido. Valorização Pessoal e Profissional do Cidadão Deficiente.”**

17 de Fevereiro de 2003, APPACDM de Braga.

- **“ Mercado Social de Emprego: Constrangimentos e Potencialidades”.**

15 de Maio de 2003, Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz.

- **“ Responsabilidade Social das Empresas. Contributos para a Coesão Social”**

16 de Abril de 2003, Auditório da Fundação da Zona Histórica, Porto.

- **“ A Experiência do Mercado Social de Emprego em Portugal – Análise e Perspectiva**

27 de Setembro de 2003, Palácio D. Manuel, Évora.

- **“ Mercado Social de Emprego: Balanço e Futuro em Portugal”**

25 de Novembro de 2003, auditório do IPJ, Castelo Branco.

- **“ Marketing Social”.**

3 de Dezembro de 2003, Casa da Oração de Sta. Rafaela Maria, Palmela.

- **Actas do Seminário: “ Marketing Contra a Pobreza”**

realizado em 2 e 3 de Dezembro de 2002, Auditório da Associação Comercial de Lisboa.

- **Relatório da I Mostra Nacional do Mercado Social de Emprego**

26,27 e 28 de Setembro de 2003, Jardim Público de Évora.

- **Actas da Mesa Redonda: “ Economia Social e Terceiro Sector em Portugal. Delimitação, Estudos e Projectos”**

22 de Janeiro de 2004, Auditório do INDEG/ISCTE, Lisboa.

Ainda que apresentado em Abril de 2004, este Parecer à CMSE não contém a contribuição dos 3 workshops realizados durante o ano 2004, pela sua realização posterior. No entanto, julgámo-lo pertinente a sua leitura, como forma de complemento a este documento pela síntese de testemunhos dos beneficiários da Medida, como parte interessante e interessada directamente na sua realização.

### 3 – Mesa Redonda sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal

A Mesa Redonda Nacional sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, foi realizada no dia 22 de Janeiro de 2004.

A Comissão Organizadora foi constituída no decorrer dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho sobre Economia e Terceiro Sector em Portugal, que durante as suas reuniões foi o “motor” e o principal dinamizador deste evento. De facto, todas as potencialidades demonstradas por este Grupo de Trabalho, nomeadamente os seus conhecimentos formais e informais sobre a temática, foram um importante contributo para a dinamização e a divulgação desta Mesa Redonda.

A Comissão Organizadora, teve em conta na realização desta Mesa Redonda, alguns pressupostos, que considerou relevantes:

- Dar visibilidade às acções desenvolvidas no âmbito do Acordo de Cooperação entre o IEFP e a REAPN;
- Divulgar novas possibilidades e orientações possíveis ao nível do MSE que tenham resultado da acção da REAPN e dos seus parceiros;
- Partilhar experiências ao nível da Economia Social através da presença e do debate entre um conjunto alargado de *experts* nacionais sobre a matéria;
- Avaliar o trabalho realizado ao nível do MSE e perspectivar o futuro, tendo em conta o contexto nacional em termos do mercado de trabalho e as directrizes comunitárias em termos da Estratégia Europeia para o Emprego, nomeadamente os Planos Nacionais de Emprego e as Iniciativas postas em marcha no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio no que concerne à inclusão de grupos sociais desfavorecidos.

Foram igualmente tidas em conta algumas questões fundamentais para a Economia Social e para o Terceiro Sector em Portugal, constituindo os seus objectivos fundamentais:

- A divulgação dos projectos e estudos sobre o Sector em Portugal.
- O esclarecimento e a discussão sobre a delimitação do conceito e a evolução das novas formas de Economia Social.
- O enquadramento legislativo e operativo do Terceiro Sector e da Economia Social.



- O debate ao nível académico, sobre as principais questões que afectam as “famílias” da Economia Social e do Terceiro Sector.
- O desenvolvimento das potencialidades do Sector.

A Comissão Organizadora procurou convidar um leque de conferencistas representativo da Economia Social e do Terceiro Sector em Portugal e igualmente significativo em termos académicos no país: o Prof. Doutor Luís Reto, Director do Instituto de Gestão do ISCTE, um dos responsáveis pelo estudo promovido pelo INSCOOP em 2001 e um dos últimos trabalhos dedicados aos Sector: “ *O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades*”; o Dr. Manuel Canaveira de Campos, Presidente do Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP) e uma das mais representativas figuras do movimento cooperativo em Portugal; o Prof. Doutor Rui Namorado, Director do Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, instituição que dedica o seu trabalho ao estudo do cooperativismo e da Economia Social em Portugal; Prof. Doutor Roque Amaro do ISCTE, com uma vasta obra publicada no âmbito desta temática e em projectos de cooperação e desenvolvimento; o Dr. Alberto Melo, docente na Universidade do Algarve, durante muitos anos ligado ao desenvolvimento local e à ANIMAR, entidade organizadora da Manifesta. Para moderar foi convidado o Dr. Hélder Pereira, responsável pela única Pós-Graduação em Economia Social, na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém.

Consideramos que este foi o evento com maior impacto em todo o Sector, uma vez que para além das instituições representadas, estiveram também inúmeras pessoas em nome individual, do mundo académico e das diversas famílias da Economia Social. As gravações da Conferência, serão objectivamente um documento fundamental de trabalho, quer para a REAPN, quer para todas as Entidades no âmbito do Terceiro Sector e especialmente aquelas que operam no Mercado Social de Emprego, proporcionando novas pistas e novos caminhos de reflexão a todos os que trabalham em prol da inclusão social pela Economia.

A REAPN, procedeu à gravação das comunicações, tendo posteriormente transcrito todo o material, que representa cerca de 3 horas de gravações de material áudio.

Após todo o trabalho de transcrição foram reenviadas todas as comunicações aos respectivos oradores, com um pedido formal de correcção e adaptação do mesmo, para posterior publicação numa publicação da REAPN. No final de 2004, a referida publicação está completa, seguindo para impressão na gráfica e distribuição ao público e entidades de 1000 exemplares.

Este constitui um material de referência no panorama do Sector em Portugal e encontrar-se-á à disposição de todas as Entidades interessadas na temática, bem como a sua utilização em futuros eventos a delinear pelo Grupo de Trabalho.

#### 4 – Mesa Redonda Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector.

A realização deste evento esteve prevista para o último trimestre de 2004. A REAPN ao investir neste tipo de evento teve em conta alguns pressupostos de vária ordem, por um lado, os fundamentos de ordem técnica prendem-se essencialmente com a vontade de organizar uma Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector, como uma realização que pretende exprimir a continuidade quer do Seminário sobre Marketing Social realizado em Lisboa em 2002 e da Mesa Redonda sobre Economia Social realizada no INDEG/ISCTE em Janeiro de 2004.

O recurso a especialistas nacionais e internacionais, pretende dar uma dimensão transnacional e sobretudo europeia ao debate sobre as várias questões ligadas ao Mercado Social de Emprego: Qual o futuro do Mercado Social de Emprego em Portugal? Numa situação de ciclo económico descendente, e com o aparecimento de novas formas de pobreza e exclusão social, qual deverá ser a resposta da ONG's? Como resolver os sucessivos problemas de financiamento que se colocam todos os anos às Organizações que prestam serviço de Solidariedade Social? Como rentabilizar os recursos escassos das organizações? Como melhorar a "imagem" das IPSS's e ONG's, na luta contra a pobreza e exclusão social? Qual o futuro do Terceiro Sector?

Os principais objectivos desta Conferência Internacional serão, entre outros, a constituição de uma plataforma de debate e reflexão, que em jeito de balanço do passado, e simultaneamente numa tentativa de perspectivar o futuro, pretenda avaliar o chamado Terceiro Sector em Portugal e na Europa, no campo da luta contra a pobreza e a exclusão social.

Por outro lado, esta discussão permitirá lançar pistas, para uma questão transversal da Economia Social e central do ponto de vista deste Protocolo, o debate sobre o Mercado Social de Emprego em Portugal, que é por excelência um espaço de promoção de inclusão, espaço de mobilização de vários actores da sociedade civil. Assim, tentar-se-á mobilizar para esta tarefa, todo o esforço das instituições implicadas, que passa necessariamente pela mobilização de outros sectores da Economia Social, neste capítulo a dinamização do movimento associativo, e do movimento cooperativo e de outros sectores ocupam um papel central, na realização deste evento.

Outras das questões pertinentes e transversais neste domínio, será necessariamente, e mais uma vez, numa lógica de implicação de todos os parceiros da sociedade civil, o papel das empresas da chamada Economia Privada ou Economia com Fins

Lucrativos, no sentido da promoção e sensibilização para a Cidadania Empresarial e a Responsabilidade Social das Empresas, como contributo para a coesão social necessária na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Outro dos pressupostos teve directamente relacionado com motivos de ordem organizativa e logística. A REAPN aproveitando todo o *know-how* do seu Grupo de Trabalho sobre o Sector e mais uma vez desenvolvendo as parcerias que este possibilita, esteve em contacto com algumas Entidades com especial significado a nível internacional, nomeadamente de Espanha, França, Bélgica e Brasil no sentido de participarem neste evento, que esperamos de grande significado nacional. No entanto, e por motivos de agenda pessoal de alguns dos especialistas contactados, não foi possível a sua realização em 2004, a alternativa seria a sua realização com o recurso apenas a alguns dos contactados e mesmo nestas circunstâncias a realização do evento seria confinada a datas pouco propícias à sua dimensão e importância, (durante o mês de Dezembro).

A REAPN, mantém igualmente contactos com outras Entidades parceiras interessadas em co-organizar esta Mesa Redonda, aproveitando a presença para trazer a Portugal, especialistas reputados na área. A Escola Superior de Gestão de Santarém que possui uma Pós-Graduação em Economia Social já realizou alguns destes contactos, aproveitando para promover alguns eventos académicos com estes oradores. Por outro lado, a REAPN tem sido convidada a participar num Grupo de Trabalho sobre a Responsabilidade Social das Empresas que prevê a articulação com algumas entidades públicas e privadas a realização de alguns eventos onde seria de todo o interesse a presença destes especialistas e a eventual co-organização desta Mesa Redonda. Neste sentido, todas as Entidades envolvidas e interessadas, irão durante o 1º trimestre de 2005, reunir esforços e datas possíveis para a realização da Conferência.

## **5 – Grupo de Trabalho Institucional sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal.**

Este Grupo de Trabalho iniciou a sua actividade em 2003, tendo como principal actividade a elaboração de um Plano de Acção conjunto das Entidades presentes, para além do seu papel de grupo de reflexão e discussão sobre o Sector em Portugal. A sua actividade mais operacional foi a Mesa Redonda sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, realizada em 22 de Janeiro de 2004 nas instalações do INDEG/ISCTE.

A prioridade para 2004, foi a elaboração de um plano de trabalho para o corrente ano, para além de pretender consolidar objectivos e apoiar acções a empreender e a desenvolver, no âmbito deste Protocolo, nomeadamente em matéria de formação, informação e apoio a conferências, seminários e workshops, no sentido do reforço e a articulação estreita com especialistas na matéria. Foram propostas 4 reuniões anuais, uma por trimestre, para o desenvolvimento e planificação das acções constantes deste plano de trabalho.

A dificuldade em encontrar datas disponíveis a todas as Entidades, não facilitou a realização destas reuniões, tendo a primeira decorrido no dia 9 de Junho de 2004, após adiamentos sucessivos em Março e Abril pelas razões já mencionadas. Por outro lado e no sentido de procurar facilitar a ocorrência destas reuniões, foi acordado por todos os membros presentes em imprimir uma rotatividade de locais de realização, sendo agendada para o dia 20 de Setembro, nas instalações do Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia, na Universidade de Coimbra. Também por razões de indisponibilidade de agenda da maioria dos membros não foi possível a sua realização, acabando por se realizar em Lisboa, nas instalações da REAPN no dia 10 de Novembro.

Este Grupo de Trabalho é constituído por Entidades, que tendo colaborado, ao longo da existência deste Protocolo nos diversos eventos, demonstraram interesse na participação e elaboração do seu Plano de Acção. Porém, a participação deverá ser aberta à participação de demais Entidades que venham a colaborar ou demonstrem interesse nas actividades a implementar. Assim, o Grupo de Trabalho é constituído para além da REAPN, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP), Instituto de Gestão do ISCTE, Núcleo Empresarial de Santarém (NERSANT), Associação Nacional do Microcrédito (ANDC), Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (APRSE), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto, Grupo de

Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) e ISSSCoop – Cooperativa de Ensino Superior.

Apesar das dificuldades em reunir o conjunto das entidades que integram o grupo, consideramos que durante o ano de 2004 foi fundamental e indispensável o envolvimento e a participação activa das diversas entidades que trabalham na área, quer pelo reconhecimento das suas competências específicas neste domínio de intervenção, quer pelo conhecimento que detém das especificidades de cada sector, nomeadamente o movimento associativo, o sector cooperativo, e a responsabilidade social das empresas.

Pelas razões já apontadas e porque este se apresenta e sempre se apresentou como um Grupo aberto à discussão e à reflexão do Sector, a REAPN como Entidade promotora do Grupo e perante a solicitação de algumas Instituições, decidiu endereçar um convite mais alargado a outros participantes. Assim foi formalizado um convite à Associação de Solidariedade e Acção Social (ASAS) de Santo Tirso, à Universidade Católica de Braga, à Associação Portuguesa de Serviço Social, ao Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e à Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, todas elas com projectos, estudos e pós-graduações e acções de intervenção no Sector e mais uma vez reiterados os convites às Uniões das Misericórdias, das Mutualidades e das IPSS's.

Outro dos importantes contributos deste Grupo de Trabalho foi o seu papel de dinamização da Página da Internet, quer na sua actualização permanente, quer na elaboração de novos conteúdos sobre a temática da Economia Social e do Terceiro Sector em Portugal, actividade que já foi abordada nas reuniões e que terá alguma atenção por parte dos participantes, uma vez que constitui um veículo de ligação e actualização das actividades do Grupo, do Protocolo estabelecido com o IEFP e do Sector em Geral.

Julgámos que esta tem sido uma aposta correcta no sentido de encontrar um “fio condutor” entre as Entidades ligadas ao Sector quer através da sua presença nas reuniões e principalmente do seu contributo para a constituição de uma plataforma de discussão e reflexão sobre a Economia Social, através da representação sectorial das Entidades académicas, empresariais, das Organizações Não Governamentais e das Instituições Públicas ligadas ao Sector – IEFP e INSCOOP.

Apesar de não ter sido possível a realização de todas as reuniões previstas para o ano 2004, as actividades do Grupo de Trabalho passaram também pela participação e dinamização de alguns eventos de relevante importância para a dinamização do próprio Grupo:



- Participação nas **Comemorações do Dia Nacional do Mutualismo**, no dia 24 de Outubro em Coimbra. Organização da União das Mutualidades Portuguesas.
- Participação na **Conferência Nacional: “Microcrédito: Uma experiência com futuro”**, nos dias 5 e 6 de Novembro em Lisboa. Organização da Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC).
- **II Encontro Nacional Infância e Juventude**, dias 11 e 12 de Novembro, na Maia, dinamização do workshops: “ Economia Social e Terceiro Sector em Portugal”, Organização da Associação Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso (ASAS).
- **Fórum Temático Economia Social – Acções e Reflexões no Contexto dos Projectos Apoiados pela Iniciativa Comunitária EQUAL**, co-organização dos projectos aprovados na Fase 1, Prioridade 2 - Espírito Empresarial, Medida 2.2.1. – Qualificação das Organizações e dos Profissionais da Economia Social – dias 6 e 7 Dezembro em Mortágua.
- **Acção de Validação de Produtos EQUAL – Projecto Economia Solidária, Qualificada, Inovadora**, dias 10 e 1 de Dezembro, Estoril.



### 1 – Introdução

No seguimento das Acções promovidas em anos anteriores – particularmente em 2002 e 2003 – a REAPN, no âmbito do Protocolo com o IEFP - e tendo em atenção as diversas solicitações por parte dos formandos e num diagnóstico de necessidades formativas realizado em 2004, promoveu duas Acções de Formação sobre: “Modelos de Gestão de Organizações Não Lucrativas”.

A primeira dessas Acções decorreu entre os dias 21 de Junho e 2 de Julho, nas instalações da Escola Superior de Gestão de Santarém, a segunda, na Câmara Municipal da Lourinhã, nos dias 17 e 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 2004.

A dinamização de uma estratégia formativa neste domínio, resulta, em grande parte da necessidade de dar respostas adequadas à formação específica de técnicos e dirigentes de organizações denominadas “Sem Fins Lucrativos”, no quadro do desenvolvimento de competências básicas de Gestão para uma organização do Terceiro Sector, assim como, dar especial relevância ao desenvolvimento e implementação de noções de planeamento estratégico para este tipo de organizações.

Os objectivos da acção de formação são: a incorporação de uma filosofia de Economia Social, sensibilizando os diferentes actores sócio-económicos para a problemática dos novos desafios que se impõem a este tipo de organizações; difusão de experiências de “boas práticas” e inovação no Sector; promover a qualificação das organizações de Economia Social, tendo em vista a acessibilidade, a qualidade e a inovação dos serviços/produtos numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Numa lógica menos directa, mas não menos importante, é que esta acção de formação promova a fomentação de acções que impliquem a participação activa dos públicos desfavorecidos, contribuindo para um processo de *empowerment* e reforço da sociedade civil e das suas organizações.

Por último, e numa óptica mais dirigida, é também objectivo desta acção o enriquecimento e valorização do trabalho social e de utilidade colectiva, contribuindo para a melhoria do estatuto, enquadramento e estabilidade dos profissionais das organizações de Economia Social e do Terceiro Sector.

Estas Acções de Formação em Santarém e na Lourinhã, no primeiro caso abrangeram os Distritos de Santarém e Leiria e no segundo caso o Distrito de Lisboa, particularmente os seus concelhos mais a norte. Estes locais foram escolhidos, procurando dar forma ao Protocolo que a REAPN assinou com a Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, aproveitando todo o *know-how* da Escola,

nomeadamente o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações de Economia Social.

Tendo igualmente em conta as experiências anteriores, foi realizado um esforço de alargamento do número de horas de formação, pela necessidade dos formandos e das suas instituições, na abordagem de componentes teórico-metodológicos, mas também de carácter mais instrumental na gestão das instituições. Assim foram sugeridos três módulos de formação, de seis horas cada, que pudessem abranger a gestão no seu global, contando com um enquadramento genérico do Sector e os seus limites, as principais operações de carácter contabilístico e administrativo e por último, uma componente de Recursos Humanos. Tendo em conta as limitações horárias da Acção de Formação, consideramos que esta surge de forma a dar resposta a necessidades formativas dos quadros das instituições, no entanto, a carga horária limita as respostas adequadas. Este tipo de resposta seria necessariamente de outro tipo se, num quadro mais alargado e abrangente e com um número de horas de formação pudesse corresponder às reais necessidades dos formandos, particularmente nas questões de carácter mais técnico.

Temos consciência de que esta é uma resposta parcial, mas que de alguma forma vem corresponder a necessidades concretas e objectivas de quem no seu quotidiano se vê confrontado com a gestão de organizações do chamado Sector Não Lucrativo e no permanente desafio que constitui o exercício dessa gestão, num Sector em permanente evolução técnica e com recursos limitados, do ponto de vista humano e financeiro.

## **2 – Objectivos e Estrutura da Acção de Formação**

### **Objectivos Gerais:**

1. Incorporar os objectivos e a filosofia da economia social;
2. Sensibilizar os diferentes actores sócio-económicos para a problemática do acesso ao mercado de trabalho por parte de públicos mais desfavorecidos e do seu recrutamento sem discriminações;
3. Identificar novos modelos de gestão dos recursos nas organizações da economia social através do contacto com experiências de boas práticas;
4. Desenvolver metodologias de detecção de necessidades não satisfeitas pelo mercado (produtos ou serviços para os quais exista um potencial de procura que possibilite a sua viabilidade económica) e a realização de estudos que identifiquem “nichos” de novos mercados;

5. Promover a qualificação das organizações da economia social, tendo em vista a acessibilidade, a qualidade e a inovação dos serviços prestados/produtos, e a sua auto-sustentação;
6. Fomentar a participação activa dos públicos desfavorecidos, contribuindo para um processo de empowerment individual e colectivo.
7. Desenvolver acções que promovam o enriquecimento e valorização do trabalho social e de utilidade colectiva, contribuindo para a melhoria do estatuto, enquadramento e estabilidade dos profissionais das organizações da economia social.

### **Objectivos específicos:**

1. Dotar os participantes de conhecimentos sobre o conceito de Economia Social e Terceiro Sector.
2. Desenvolvimento de competências básicas de Gestão de uma organização do Terceiro Sector.
3. Introdução ao Desenvolvimento e implementação de planeamento estratégico e planos de acção para organizações não lucrativas.

### **Destinatários**

Os principais destinatários serão técnicos e dirigentes (voluntários) de Organizações Não Governamentais não estando à partida definido um número máximo de participantes tendo em atenção as diferentes metodologias a utilizar respeitando as especificidades locais.

### **Metodologia**

Trata-se de uma formação essencialmente centrada no “*know how*” e experiência dos participantes. Pretende-se a dinamização de sessões de trabalho baseadas em metodologias participativas e de grande inter-actividade entre os participantes. Para este efeito, os momentos de formação serão organizados contando com várias figuras de animação. Contamos com a presença de facilitadores/moderadores (formadores) comprovadamente especializados nesta área, todos os formadores são docentes e formadores certificados da Pós-Graduação em Economia Social da Escola Superior de

Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, para além de um membro do staff técnico da REAPN.

**Tipo de Certificação:**

Atribuição de um diploma de frequência (cuja atribuição implica presença nos temas e trabalhos desenvolvidos durante o percurso formativo).

**Numero de Formandos:**

15 a 20 Formandos por cada acção.

**Locais da acção:**

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém  
e Câmara Municipal da Lourinhã

**Duração da Formação:**

18 horas ( 6 horas/módulo) x 2 Acções

**Módulos formativos**

3 Módulos por cada Acção:

1. Definição do campo da Economia social e do Terceiro Sector. Perspectiva histórica e enquadramento legal
2. Instrumentos e ferramentas quotidianas de gestão de organizações não lucrativas – Noções de operações contabilísticas e financeiras (para não financeiros)
3. Instrumentos e ferramentas quotidianas de gestão de organizações não lucrativas

**Datas da formação**

Santarém: 21 e 24 de Junho e 2 de Julho

Lourinhã: 17,24 de Novembro e 3 de Dezembro.

## **Módulos e Conteúdos Programáticos**

### **Módulo I : Definição do campo da Economia Social e do Terceiro Sector**

#### **Objectivo:**

Com este módulo pretende-se em primeiro lugar clarificar o conceito ainda equivocado de Economia Social e fundamentá-lo à luz das ciências sociais. Procura-se dar conta do grau de desenvolvimento, potencialidades, dificuldades e principais desafios com que este sector da economia se depara, quer em Portugal quer além fronteiras. Pretende-se também conhecer e analisar as políticas nacionais e internacionais que enquadram o sector.

#### **Objectivos específicos:**

1. Fundamentar teoricamente a Economia Social
2. Proceder à distinção das várias componentes da Economia Social.
3. Distinguir conceptualmente as várias designações.
4. Tomar contacto com os problemas reais do sector e expectativas de médio/longo prazo, através da análise realizada pelos próprios agentes.
5. Enumerar e debater os grandes desafios que no momento presente se colocam ao Sector.
6. Conhecer as principais políticas nacionais e comunitárias que enquadram a Economia Social.

#### **Conteúdos:**

- Economia Social: conceito e fundamentação teórica
- A distinção entre as várias designações e abordagens: Economia Social, Economia Solidária, Economia Cooperativa, Terceiro Sector, etc.
- Os principais desafios e expectativas que se colocam à Economia Social.
- A Economia Social em Portugal
- A Economia Social na Europa
- As políticas sociais que enquadram a Economia Social

#### **Formador:**

Hélder Pereira, Sociólogo e Professor de Sociologia Económica na Pós – Graduação em Economia Social na ESG de Santarém.

## **Módulo II : A Contabilidade como ferramenta de Gestão**

### **Objectivos:**

- Sensibilizar os participantes na acção para uma ferramenta tão importante na área da Gestão, qual é o Plano Oficial de Contabilidade aplicado ao Sector da Solidariedade.
- Conhecer as demonstrações financeiras mais importantes.
- Compreender e interpretar as rubricas mais importantes quer do balanço, quer da demonstração de resultados.

### **Conteúdos da Acção:**

- Objectivos da Contabilidade Financeira.
- O método contabilístico inerente ao POC e aos Planos Sectoriais.
- As demonstrações financeiras, com especial realce para o Balanço. Demonstração de Resultados e rubricas mais importantes.
- As obrigações declarativas e os documentos de apresentação de contas.

### **Metodologias de realização da Acção de Formação:**

Privilegiou-se uma apresentação aplicada do conteúdo programático com utilização de demonstrações de instituições do Sector.

### **Formador:**

João Peres, Licenciado em Gestão e Organização de Empresas, Pós Graduação em Estudos Europeus e Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, Vice-Presidente do Conselho Directivo da ESG de Santarém.

## **Módulo III : Instrumentos e ferramentas quotidianas de Gestão de Organizações Não Lucrativas – Gestão de Recursos Humanos em ONG's**

### **Objectivos:**

- Sensibilizar os participantes para a relevância da Gestão das actividades das Organizações e o papel dos seus dirigentes.
- Introduzir a abordagem sistémica das componentes da Gestão e Gestão por processos.

- Metodologia do Planeamento de Gestão por objectivos.
- Acentuar a relevância dos aspectos de liderança e comunicação nas actividades internas e externas das ONG's.

### **Conteúdos:**

#### **1ª Parte:**

- O Modelo sistémico de Gestão de Organizações de economia Social.
- O papel das Organizações na sociedade.
- Modelo de Gestão de actividades.
- A Organização enquanto cadeia de valor.
- Hierarquia de actividades e Gestão por processos.
- Discussão de Caso, (Discussão participada de aspectos críticos de uma Organização de Economia Social, propostos aos participantes, ou propostos por estes).

#### **2ª Parte:**

- O papel das lideranças nas Organizações de Economia Social.
- Dinamização de Recursos Humanos: Contratados e Voluntários.
- Gestão de grupos e equipas.
- Factores de comunicação eficazes.
- Modelos e aspectos de liderança.
- Discussão de Caso, (Discussão participada de alguns aspectos críticos de uma organização de Economia Social, propostos aos participantes ou propostos por estes).

### **Metodologia do Módulo de Formação:**

Estes Módulos são repartidos em duas sessões, organizadas, ambas com uma apresentação de conceitos e a discussão aberta e participada de um caso proposto pelos docentes ou, em alternativa, em situações propostas pelos formandos do âmbito das suas próprias experiências profissionais.



**Formador:**

Francisco Lucas, Mestre em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, Docente da ESG de Santarém

**3 – Metodologia de Avaliação das Acções de Formação**

A Avaliação das Acções de Formação foi realizada segundo três instrumentos principais:

1. Análise das Folhas de Assiduidade.
2. Análise dos resultados de um questionário de avaliação, distribuído aos formandos, por cada Módulo.
3. Acompanhamento de um técnico da REAPN.

## 6.1 - Avaliação da Acção de Formação de Santarém

21 e 24 Junho e 2 de Julho de 2004

Esta Acção de Formação, decorreu na Escola Superior de Gestão de Santarém, entidade com quem a REAPN estabeleceu um Protocolo de Cooperação que visa essencialmente o aproveitamento das potencialidades mútuas no Distrito a nível dos três eixos de actuação preferencial da REAPN – Informação, Investigação e Formação – foi exactamente neste último eixo que decorreu esta primeira cooperação, com os módulos programados por formadores da própria Escola, que possui uma Pós-Graduação em Economia Social.

O mailling abrangeu, fundamentalmente os Distritos de Santarém e Leiria e foi dirigido a técnicos e dirigentes das ONG's destes Distritos. Considerando que a REAPN não possui Núcleo Distrital em Leiria e que o Núcleo de Santarém é de implantação recente, o nível de adesão resultou bastante satisfatório – inscreveram-se 20 formandos, distribuídos por todo o território abrangido, com especial incidência em Santarém (18 formandos) e 2 de Leiria.

### Perfil dos Formandos

A Acção de Formação foi frequentada por 18 formandos, registaram-se 20 inscrições, havendo 2 desistências por imperativos profissionais.

Os formandos são 12 do sexo feminino e 4 do sexo masculino, **(Quadro 1)**. No que respeita à idade, a maioria dos formandos tem menos de 30 anos de idade (7 elementos, cerca de 39 %) e 5 mais de 40 anos (cerca de 28 %) **(Quadro 2)**.

O concelho de origem da Instituição que os formandos representam, mostra claramente a sua localização no Distrito e concelho de Santarém (11 elementos, 61 %), 5 elementos de concelhos do mesmo Distrito (28%) e apenas dois do Distrito de Leiria (11%). **(Quadro 3)**

**Quadro 1**

Masculino	Feminino
4	12

### Quadro 2

Ano de Nascimento	Nº Formandos
Antes de 1960	4
1960-1964	1
1965-1969	3
1970-1974	3
1975-1980	7

### Quadro 3

Concelho da Instituição	Nº Formandos
Santarém	11
Salvaterra de Magos	3
Rio Maior	2
Leiria	2

Numa primeira análise poderíamos concluir, baseados na amostra, que nesta Acção de Formação, predomina o sexo feminino, o que corrobora as estatísticas oficiais, relativamente aos Recursos Humanos na Intervenção Social ser maioritariamente realizada por mulheres. São essencialmente jovens com menos de 30 anos que frequentam este tipo de acções de formação e as Instituições de origem são localizadas geograficamente perto do local da Acção, maioritariamente os formandos são originários de entidades do concelho de Santarém e outros concelhos limítrofes (Salvaterra de Magos e Rio Maior), apenas 2 são do distrito de Leiria. De notar que o *mailing*, foi dirigido aos 2 distritos e que a REAPN só possui Núcleo em Santarém. Relativamente às instituições representadas (**Quadro 4**) e à sua natureza jurídica (**Quadro 5**), verificámos que na sua maioria são as IPSS's de pequena dimensão local, que se encontram mais representadas na Acção de Formação.

#### **Quadro 4**

<b>Instituição/Organismo</b>	<b>Nº Formandos</b>
CBES Vale Figueira	2
CBES Muge	1
ADS Freguesia Alvorinha	2
SCM Alcanede	2
CBES Foros Salvaterra	1
CCSS Sourões	2
SCM Santarém	2
CS Interparoquial Santarém	1
CBES Marinhas	1
CSS N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Luz	1
ADS Comunitário Santarém	1
Servas N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> Fátima	1
CM Santarém	1

#### **Quadro 5**

<b>Natureza Jurídica da Instituição</b>	<b>%</b>
Misericórdia	15
Assoc. Desenvolvimento Local	15
IPSS	62
Câmara Municipal	8

Relativamente às habilitações académicas dos formandos (**Quadro 6**) e tendo em conta os cargos e funções que desempenham nas instituições (**Quadro 7**), verifica-se que as Licenciaturas em Serviço Social (33%) e em Gestão (33%) se encontram em grande maioria, verificando-se de certo modo uma correlação com o desempenho de cargos de direcção técnica (44%) e de gestão económico financeira (17%), o que poderá indiciar que muitas das vezes a direcção técnica da instituição é igualmente acumulada com funções de carácter de gestão administrativa e financeira, nas pequenas instituições, que se encontram igualmente em maioria nesta amostra. De notar a existência de 2 dirigentes, igualmente com funções de tesouraria nas instituições.

### Quadro 6

Habilitações Académicas	Nº Formandos
Lic. Serviço Social	6
Lic. Gestão	6
Outras Licenciaturas (Div)	4
Ensino Secundário	2

### Quadro 7

Função/Cargo	Nº Formandos
Direcção Técnica	8
Técnica	2
Gestor Financeiro Administrativo	4
Dirigente/Tesoureiro	3
Estagiário – Gestão	1

### Resultados da Avaliação

#### Mapa de Assiduidade

### Quadro 8

#### MAPA ASSIDUIDADE

FORMANDOS	Mód. I 1ª Se.	Mod. I 2ª Se.	Mód. II 3ª Se.	Mód. II 4ª Se.	Mód. III 5ª Se.	Mód. III 6ª Se.	Total %
Ana Rita Gonçalves	x	x		x	x	x	83
Anabela Simão	x	x		x	x	x	83
Arcelino Coutinho	x	x	x	x	x	x	100
Belina Filipe		x	x	x	x	x	83
Carla Nunes	x	x	x	x	x	x	100
Cláudia Ribeiro	x	x	x	x			66
Graça Frazão	x	x	x		x	x	83
Joaquim Batista	x	x	x	x	x	x	100

Jorge Silva	x	x	x	x		x	83
Lúcia Moura	x	x					33
Manuel Madeira	x	x	x		x	x	83
Márcia Gomes	x	x	x			x	66
Maria Miguel	x	x	x		x	x	83
Elizabete Filipe	x		x	x			50
Natália Godinho	x	x	x	x	x	x	100
Susana Costa	x	x	x	x	x	x	100
Sónia Simões	x	x					33
Vera Borda D'Água	x	x	x	x	x		83

Analisando o quadro relativo à assiduidade, verificamos que 72% dos formandos assistiram a mais de 83% das sessões (5 sessões), apenas 17% dos formandos (3 formandos), assistiram a menos de 50% das sessões (3 sessões), o que constitui um indicador positivo em relação à assiduidade de toda a Acção de Formação.

Julgámos que será de referir algumas considerações acerca deste ponto: apesar de para a maior parte dos presentes a deslocação para o local de formação ser relativamente perto (a grande maioria pertence a instituições no concelho de Santarém e concelhos limítrofes Salvaterra de Magos e Rio Maior), não se verificou uma elevada taxa de assiduidade, tendo em conta que apenas 27 % assistiram a todas as sessões, no que respeita aos 2 formandos que se deslocavam do Distrito de Leiria, onde eventualmente o factor distância poderia significar maior absentismo, tal não se verificou, incluindo um deles registou 100% de assiduidade e o outro 83%.

Por outro lado, a REAPN, tendo em conta a dificuldade de muitos técnicos, por razões profissionais em frequentarem acções de formação em regime laboral, optou e de acordo com a ESG de Santarém e respectivos formadores, realizar esta acção em horário pós-laboral, no sentido de facilitar a todos a possibilidade da sua frequência.

### **Análise dos Questionários**

A análise dos questionários foi realizada tendo em conta a separação por módulos, uma vez que o formato da Acção de Formação assim o exigia. Cada módulo foi orientado por um diferente formador e as suas temáticas, apesar de enquadradas nas mesmas questões, apresentavam-se claramente definidas e separadas. Assim, foi



realizada uma análise por cada módulo e os parâmetros são definidos em relação a cada um deles, apenas quando apresentam indicadores análogos a sua apresentação aparece com referências à questão em conjunto, sempre que se justifica é claramente definido o que os formandos referiram para cada um dos módulos em cada uma das questões que foram propostas. **(Anexo 5)**

A **Questão nº 1**, faz referência aos níveis de assiduidade, que já foram abordados no ponto 5.1. A **Questão nº 2**, subdivide-se em **2.1 e 2.2** e questiona sobre a **Elaboração do Programa de Formação** e o **Funcionamento da Acção de Formação**, respectivamente. Os formandos consideraram de bom nível a elaboração do programa, concentrando as respostas maioritariamente nos itens Bom, em todos os Módulos, com um mínimo de respostas em Suficiente e ausência de avaliações Insuficientes **(Quadro 9)**. Igualmente para a questão do funcionamento, **(Quadro 10)** os níveis foram muito positivos, embora com algumas diferenças substanciais entre os Módulos, no essencial o Módulo II apresentou os valores mais elevados, com maior concentração nos itens Muito Bom e Bom, o Módulo I concentra-se mais no Bom, finalmente o Módulo III apresenta valores que se dividem entre o Bom e o Suficiente. Na análise transversal, por itens o **Domínio do formador relativamente às temáticas tratadas**, foi o mais valorizado, sendo a **qualidade das trocas de informação e de experiências inter-institucionais**, o que apresenta níveis mais baixos.

A **Questão nº 3**, pretendia que os formandos se referissem às expectativas que criaram em relação à Acção de Formação, os Módulos apresentam algumas diferenças substanciais. No Módulo I, o destaque é colocado numa maior incidência de respostas que variam entre o **reconhecimento da necessidade do Módulo para enquadramento e integração no tema e a consideração de que se apresenta demasiado teórico e não adaptado às realidades das instituições**. O Módulo II é considerado como **clarificador dos temas e das temáticas**, enquanto o Módulo III apresenta níveis mais dispersos mas positivos, tais como: **esclarecedor, contributo para o melhoramento do funcionamento das instituições e aprofunda conhecimentos**.

A **Questão nº 4**, coloca uma pergunta sobre se a estrutura global da acção, no seu planeamento, resultou positivamente. As respostas são análogas em todos os Módulos e maioritariamente positivas, quase não existindo respostas negativas, mas com uma percentagem significativa de não respostas, ou de respostas positivas sem qualquer justificação (cerca de 30 %). No essencial reconhecem **a boa planificação e a possibilidade de novas aprendizagens e entrosamento nas temáticas**

**propostas, bem como de conhecimentos específicos em relação aos Módulos II e III (Contabilidade das Instituições e Gestão de Recursos Humanos).**

Na **Questão nº 5**, colocava-se a pergunta de existirem ou não falhas e/ou dificuldades. As respostas surgem igualmente de forma semelhante em todos os Módulos e a grande maioria dos formandos considera que não existiram falhas e/ou dificuldades. Em relação às que consideram que essas falhas/dificuldades existiram, referem-se especificamente a **questões de falta de tempo e no caso do Modulo I a um excesso de conteúdo teórico**, de notar que nas **Questões 2.1e 2.2**, a elaboração do Programa e o seu funcionamento foram globalmente analisados positivamente, o que reforça a ideia de que os formandos consideraram, na sua generalidade esta Acção de Formação como bem estruturada e bem planeada.

A **Questão nº 6**, resume basicamente e de uma forma mais específica todas os aspectos específicos relativos à logística, organização e apoio aos formando no decorrer da Acção de Formação. Assim, foi fornecida a possibilidade de classificação numa escala de 1 a 5 (1 menos valorizado e 5 o mais valorizado) de cada um destes itens (**Quadro 11,12 e 13**). Como as condições referentes ao espaço, secretariado, horários de funcionamento da Acção de Formação foram exactamente os mesmos em todos os Módulos, as respostas foram invariavelmente idênticas para todos eles, centrando-se nos níveis 3 e 4, numa análise global, igualmente os níveis 1 e 2 são muito pouco referenciados, assim como o nível 5. Numa análise transversal realizada por itens os valores aparecem igualmente distribuídos de forma regular entre os níveis 3 e 4, sendo de referenciar a maior dispersão por todos os valores na classificação referente ao **número de horas do Módulo (Insuficiência/suficiência)**.

A **Questão nº 7** pedia aos formandos sugestões práticas para o melhoramento desta formação, apesar de uma razoável percentagem de não respostas, a análise por módulo mostra uma distribuição regular e semelhante nas sugestões: **o alargamento da Acção de Formação e/ou o ajustamento da carga horária**.

No quadro de resposta múltipla que serviu para formular a **Questão 8**, pedia-se aos formandos que avaliassem as atitudes e práticas que pensam ter desenvolvido/adquirido durante a formação, sendo que a opção de resposta era múltipla e cada exemplo de atitude ou de prática foi considerada uma variável independente, registando-se o número de vezes (e a sua percentagem) que foi assinalada. Nesta questão existem alguns níveis de diferença considerável em relação aos módulos, apesar de algumas correlações que são comuns a todos, assim:

Em todos os Módulos a formulação nº 1 – **Melhor capacidade de intervir na instituição onde trabalha** – é sempre formulada nos primeiros lugares; a hipótese colocada em 10º lugar – **Partilha de experiências e informação** – aparece

claramente destacada igualmente em todos os Módulos, assim como a nº 5 – **Reconhecimento da necessidade de ter acesso a mais fontes de informação**. No que respeita aos aspectos menos referenciados verificamos que igualmente em todos os Módulos surgem alguns aspectos que não valorizados pelos formandos e igualmente com uma distribuição idêntica em todos os Módulos, particularmente as hipóteses nº 9 – **Melhoria do relacionamento/envolvimento com os utentes da instituição onde trabalha** – e a nº 3 – **Maior capacidade de trabalhar em equipa**, são as menos valorizadas pelos formandos.

No entanto, e analisando cada um dos Módulos individualmente, manifestam-se algumas diferenças de valoração, assim, no Módulo I as afirmações mais valorizadas tem directamente a ver com a **intervenção na instituição, a necessidade de permanente informação e formação dos técnicos e dirigentes e a partilha de experiências**, sendo os menos valorizados, **os aspectos ligados ao trabalho em equipa, à melhoria do relacionamento com os utentes e a um maior conhecimento dos problemas da exclusão social e da pobreza**. No Módulo II os aspectos mais valorizados são basicamente os mesmos, sendo que a diferença aparece nos menos valorizados, assim os formandos referiram: **a necessidade de formação e informação a reflexão sobre as práticas de intervenção social e a capacidade de pensar os problemas sociais de uma forma abrangente, reconhecendo a sua multidimensionalidade**. Igualmente no Módulo III registam-se algumas diferenças, sendo que um dos aspectos mais valorizados foi **o reconhecimento das potencialidades do trabalho em parceria**, recordemos que o Módulo III, se referia à Gestão de Recursos Humanos em Organizações Sem Fins Lucrativos.

No que diz respeito à **Questão nº 9**, pedia-se aos formandos que referissem de que forma os conhecimentos adquiridos nesta Acção de Formação, teriam contribuído para o seu trabalho quotidiano nas instituições, sendo que a percentagem de não respostas não é significativa, foram essencialmente referidos no Módulo I, cuja temática era o enquadramento teórico sobre a Economia Social e o Terceiro Sector, como principais conhecimentos adquiridos: uma melhor forma de pensar os problemas sociais e uma tomada de consciência sobre esses problemas, ter conhecimento do Sector onde trabalha e o pensar globalmente para agir localmente. No Módulo II, que se reportava à análise contabilística e financeira das instituições, foram referidos como contributos específicos: as práticas de gestão contabilísticas nas IPSS's, o desempenho pessoal nestas áreas específicas, nas candidaturas a Projectos e na melhor leitura e interpretação das contas da Instituição. Finalmente no Módulo III (sobre Gestão de Recursos Humanos), são os contributos para a resolução de situações quotidianas e

na Gestão do pessoal que são considerados como competências adquiridas ao longo desta Acção de Formação.

A **Questão nº 10**, pedia aos formandos sugestões e comentários para futuras Acções de Formação promovidas pela REAPN, sendo que o maior número de sugestões surgiu em relação a rubricas relacionadas com a Gestão financeira e contabilística das instituições e com a Gestão dos Recursos Humanos. A nível dos comentários foi sugerido o alargamento da carga horária neste tipo de Acções de Formação.

A análise realizada aos questionários, teve em conta a diferenciação dos Módulos, uma vez que cada Módulo teria uma temática substancialmente diferente e um formador diferente, sendo para tal necessário proceder à sua análise separadamente. Assim, foram distribuídos aos formandos os inquéritos relativos a cada um dos Módulos e foi igualmente explicado qual o interesse de assim proceder, embora saibamos que muitas das questões se repetem por serem de carácter mais genérico, sendo que por outro lado, existem questões que fazem todo o sentido serem respondidas separadamente uma vez que se destinam a avaliar cada Módulo de Formação e não a Acção no seu global.

De uma forma global, julgámos que apesar de existirem indicadores comuns nos três Módulos, que de uma forma clara, referem esta Acção de Formação como muito positiva, particularmente ao nível da organização logística, do seu planeamento e do apoio prestado aos formandos, bem como a nível dos conteúdos programáticos e do desempenho dos formadores. Por outro lado, a carga horária menos apropriada aos conteúdos, a pouca troca de experiências inter-institucionais e o pouco debate instituído, são os aspectos considerados menos positivos considerados pelos formandos.

Ao nível dos Módulos, a apreciação foi mais globalmente positiva nos Módulos II e III, particularmente pelo carácter mais instrumental e operacional das matérias, valorizadas em função das questões mais quotidianas da gestão das instituições, facto a que não será alheio, a pequena dimensão de muitas organizações e à acumulação de funções de muitos técnicos, confrontados com problemas de gestão contabilística, humana, logística e administrativa de instituições que não possuem os meios suficientes para o seu regular funcionamento.

Assim sendo serão estas componentes mais práticas da Acção de Formação as mais valorizadas, não deixando porém de se apresentar como algo importante e fundamental o enquadramento teórico metodológico do Sector até pelos desafios que

se lhe serão impostos no futuro, particularmente num cenário de um novo QCA de apoio a partir de 2006.

## 6.2 - Avaliação da Acção de Formação da Lourinhã

17 e 24 de Novembro e 3 Dezembro 2004

A Acção de Formação decorreu nas instalações da Câmara Municipal da Lourinhã, nos dias 21 e 24 de Junho e 2 de Julho de 2004 mantendo o mesmo tipo de estrutura modular da acção de Santarém, para além dos mesmos formadores e o mesmo perfil de formandos.

A REAPN, em relação a esta Acção de formação e de acordo com uma proposta da Câmara Municipal da Lourinhã, decidiu empreender este tipo de evento, tendo em conta a sua estratégia de mobilização no distrito de Lisboa, apostando nos concelhos situados mais a norte, nomeadamente Lourinhã, Cadaval, Sobral de Monte Agraço, Mafra e Bombarral, ainda que este se situe no distrito de Leiria. Assim, o Núcleo Distrital de Lisboa em cooperação com a CM da Lourinhã, realizaram a divulgação junto das instituições dos concelhos referidos.

Receberam-se 18 inscrições de formandos oriundos dos distritos de Lisboa (16) e Setúbal (2), número considerado ideal para as condições logísticas da sala colocada à disposição pela CM da Lourinhã.

### Perfil dos Formandos

A acção de formação foi frequentada por 13 formandos, sendo que 5 dos inscritos iniciais, por vários motivos, não frequentaram nenhuma das sessões de formação.

O sexo feminino foi representado por 9 elementos e o masculino por 4 elementos, **(Quadro 1)**. Em relação à idade, 5 dos formandos (cerca de 40%), tem até 30 anos e 11 formandos têm até 40 anos (85 %), apenas 2 têm mais de 45 anos (1 de 49 anos e 1 de 60 anos), representando cerca de 15% do universo. **(Quadro 2)**.

Em relação ao concelho de origem dos formandos e aqui referimo-nos concretamente ao concelho da localização da instituição e não ao concelho de residência, mostra-nos claramente que a grande maioria é oriunda do concelho da Lourinhã (12 formandos, cerca de 92%), sendo o restantes do concelho de Mafra. **(Quadro 3)**.

Quadro 1

Masculino	Feminino
4	9



**Quadro 2**

<b>Ano de Nascimento</b>	<b>Nº Formandos</b>
Antes de 1960	2
1960-1964	1
1965-1969	1
1970-1974	2
1975-1980	7

**Quadro 3**

<b>Concelho da Instituição</b>	<b>Nº Formandos</b>
Lourinhã	12
Maфра	1

A análise ao Perfil dos formandos desta acção de formação, demonstra claramente o pendor feminino das profissões relacionadas com a Intervenção Social. Em relação às faixas etárias, a grande maioria dos formandos tem menos de 35 anos e trabalha em instituições localizadas no concelho onde decorreu a acção de formação, neste sentido, a própria acção de divulgação e mobilização da Câmara municipal, exerceu um papel fundamental.

Relativamente à natureza jurídica das instituições representadas (**Quadro 4**) e à sua natureza jurídica (**Quadro 5**), verifica-se que na sua maioria são associações cujo objectivo principal é o desenvolvimento local (7 dos técnicos e dirigentes são oriundos deste tipo de instituições - 53%), está ainda representado dois Centros Sociais, uma ONG's a nível nacional, através do seu núcleo local (Cruz Vermelha Portuguesa) e a Câmara Municipal da Lourinhã, uma das entidades co-promotoras da Acção de Formação.

**Quadro 4**

<b>Instituição/Organismo</b>	<b>Nº Formandos</b>
Assoc. Desenv. Cabeça Gorda	2
Assoc. Freguesias Concelho Lourinhã	1
Assoc. Juvenil Tá a Mexer	1
Assoc. Social Cultural Atalaia	1
Animar-Loja Animação	1
Assoc. Recreativa Seixalense	1

Centro Social Moita	1
Centro Social Lourinhã	1
Cruz Vermelha Portuguesa	1
Câmara Municipal Lourinhã	3

#### **Quadro 5**

<b>Natureza Jurídica da Instituição</b>	<b>%</b>
Associação Desenvolvimento Local	7-54%
Centro Social e/ou Paroquial	2-15%
ONG's Nacional	1-8%
Câmara Municipal	3-23%

Relativamente às habilitações académicas dos formandos (**Quadro 6**) e tendo em conta os cargos e funções que desempenham nas instituições (**Quadro 7**), as Licenciaturas em Serviço Social (23%), Sociologia (15%) e Investigação Social Aplicada (8%), totalizam cerca de 46%, imediatamente associadas ao desempenho de cargos técnicos ou de técnicos superiores. A rubrica Outras Licenciaturas (23%), para além do desempenho técnico nas instituições está também associada ao exercício de cargos directivos. Apesar da acção de formação ser especificamente para a Gestão de ONG's, não se inscreveu nenhum técnico superior com Licenciatura em áreas administrativas ou financeiras.

De notar que os dirigentes representam quase metade da amostra (46%), o que acontece pela primeira vez neste tipo de formação promovido pela REAPN, por norma os dirigentes aparecem subrepresentados, cabendo o papel da formação aos técnicos, julgámos que não é alheio a tal facto o papel desempenhado pela Câmara Municipal, através dos seus técnicos na mobilização destes públicos-alvo.

#### **Quadro 6**

<b>Habilitações Académicas</b>	<b>Nº Formandos</b>
Lic. Serv. Social	3 – 23%
Lic. Sociologia	2 – 15 %
Lic. Inv. Social Aplicada	1- 8 %
Outras Licenciaturas	3 – 23%
12 <sup>o</sup> Ano	4 – 31 %

### Quadro 7

Função/Cargo	Nº Formandos
Presidente Direcção	4 – 31 %
Outros membros Direcção	2 – 15%
Directores Técnicos	3 – 23%
Técnicos Superiores	4 – 31 %

### Quadro 8

#### MAPA ASSIDUIDADE

FORMANDOS	Mód. I	Mod. I	Mód. II	Mód. II	Mód. III	Mód. III	Total
	1ª Se.	2ª Se.	3ª Se.	4ª Se.	5ª Se.	6ª Se.	
Paulo Jorge Santos	x	x	x	x			66
Carla Simões	x	x	x	x	x	x	100
Gracelinda Sarreira	x		x		x		50
Ana M <sup>a</sup> Caetano	x	x	x		x	x	83
Ana Batista	x	x	x				50
Rita Silva	x	x	x	x	x		83
Luís Santos			x	x	x		50
Isabel Moreira	x	x	x	x	x		83
Filipe Vieira	x	x					33
Fernando Ferreira	x	x	x	x	x	x	100
Emília Frade	x	x		x	x		66
Mafalda Teixeira	x	x		x	x		66
Eduardo Trindade	x	x	x	x			66

Analisando o quadro relativo à assiduidade (**Quadro 8**), verificamos que 50% dos formandos assistiram a pelo menos a 83% das sessões (5 sessões), apenas 1 formando assistiu apenas a 2 sessões (33%), o que constitui um indicador não muito positivo, tendo em conta que apenas 3 formandos cumpriram rigorosamente a presença em todas as sessões, de notar igualmente que quase todos trabalham e residem nas proximidades do concelho. A provável explicação, obtida informalmente, reside na época pouco propícia a actividades desta natureza, a proximidade do final do ano obriga muitas instituições a actividades complementares e que ocupam muito

quer os técnicos quer os dirigentes. Efectivamente e apesar da REAPN ter preocupações com a calendarização deste tipo de Acções de Formação, não foi possível o seu agendamento para outra época do ano, quer por imperativos do outro organizador – Câmara Municipal da Lourinhã – quer pela própria disponibilidade dos formadores.

### **Análise dos Questionários**

Sendo este um item obrigatório na avaliação a este tipo de acções de formação, e tal como na acção anterior foi igualmente distribuído um questionário de avaliação a cada um dos formandos e por cada um dos módulos. Contudo e apesar da insistência para a importância do preenchimento dos referidos questionários por parte dos formandos para que a REAPN procedesse à avaliação correcta desta acção, tal não aconteceu, tendo-se registado uma muito baixa adesão a este procedimento. **(Anexo 6)**

Não sendo este método o único instrumento de avaliação deste tipo de acção, tanto mais que se verificou a presença constante de um técnico quer da REAPN, quer da outra entidade organizadora – a Câmara Municipal da Lourinhã – julgámos que seria pertinente e mais completo se de facto possuíssimos mais questionários de avaliação. Nesta situação apenas foram obtidos 8 questionários no total dos 3 módulos, 2 referentes ao I Módulo, 4 ao II Módulo e 2 ao III Módulo. Assim, optou-se pela análise na globalidade dos questionários não os analisando segundo cada Módulo, mas naquilo que se referiam à totalidade da acção de formação, no entanto sempre que de uma forma pertinente fosse realizada qualquer referência a qualquer um dos Módulos tal seria referenciado e devidamente destacado.

A **Questão nº 1**, faz referência aos níveis de assiduidade, que já foram abordados no acima (ver Quadro 8). **A Questão nº 1**, subdivide-se em **1.1 e 1.2** e questiona sobre a **Elaboração do Programa de Formação** e o **Funcionamento da Acção de Formação**, respectivamente. Os formandos consideraram de bom nível a elaboração do programa, concentrando as respostas maioritariamente nos itens Bom, exceptuando a questão dos conteúdos, que classificaram maioritariamente com Muito Bom (75%) e o item que classifica a questão dos horários com Suficiente (50 %), de destacar a ausência de avaliações Insuficientes **(Quadro 9)**.

Igualmente para a questão do funcionamento da acção de formação **(Quadro 10)**, os níveis foram muito positivos, com maior concentração nos itens Muito Bom e Bom. Na análise transversal, por itens o **Domínio do formador relativamente às temáticas tratadas**, foi o mais valorizado, (Muito Bom), sendo a **qualidade das trocas de**

**informação e de experiências inter-institucionais**, o que apresenta níveis mais baixos, com alguns item com percentagens significativas de Suficientes.

A **Questão nº 2**, pretendia que os formandos se referissem às expectativas que criaram em relação à acção de formação, (**Quadro 10**), por unanimidade os formandos responderam afirmativamente, sendo que 87,5 % das respostas justificam tal afirmação com o facto de adquirirem conhecimentos em relação ao Terceiro Sector e à Economia Social, que serviram basicamente **para uma reflexão e clarificação de conceitos e a sua diversidade, bem como a sua aplicabilidade na sua vida profissional**.

A **Questão nº 3**, coloca uma pergunta sobre se a estrutura global da acção, no seu planeamento, resultou positivamente. As respostas são totalmente positivas, não existindo respostas negativas, mas com uma percentagem significativa de respostas positivas sem qualquer justificação (cerca de 37,5 %), em relação às respostas com justificação, estas prendem-se com dois tipos de razões: **a aprendizagem de novas temáticas e aprofundamento de conhecimentos e a apresentação de novas realidades para a Economia Social, para além da abordagem de novos modelos de gestão nas ONG's**.

Na **Questão nº 4**, colocava-se a pergunta de existirem ou não falhas e/ou dificuldades. Cerca de 50 % dos formandos considera que não existiram falhas e/ou dificuldades, os restantes 50 % que considera a sua existência ao longo da acção de formação, declara que estas se colocam na questão **do tempo disponibilizado, e no programa demasiado extenso para o numero de horas disponíveis**. Por outro lado, **a quase ausência de alguns conhecimentos prévios por parte dos formandos dificultou, de alguma forma o decorrer dos trabalhos**.

De notar que nas **Questões 2.1 e 2.2**, a elaboração do Programa e o seu funcionamento foram globalmente analisados positivamente, o que reforça a ideia de que os formandos consideraram, na sua generalidade esta Acção de Formação como bem estruturada e bem planeada.

A **Questão nº 5**, resume basicamente e de uma forma mais especifica todas os aspectos específicos relativos à logística, organização e apoio aos formando no decorrer da acção de formação. Assim, foi fornecida a possibilidade de classificação numa escala de 1 a 5 (1 menos valorizado e 5 o mais valorizado) de cada um destes itens (**Quadro 11**). As condições referentes ao espaço, luminosidade e acessibilidade, as respostas foram invariavelmente idênticas para todos eles, centrando-se no Nível 3 (com 37,5 % de respostas), distribuindo-se pelos níveis 2,4 e 5 por percentagem iguais (12,5 %).

No que diz respeito aos meios técnico–pedagógicos e ao apoio prestado pelo secretariado (2 itens), as respostas concentram-se no nível 3 (50 %) e nos 4 e 5, com 25 % para cada um e iguais para os 3 itens.

Na análise do número de horas dos Módulos, calendarização e distribuição do horário, a maioria refere o nível 3 (37,5 %) para todos os itens, encontrando-se as restantes respostas distribuídas de uma forma igual pelos níveis 2,4 e 5 (12,5%).

Numa análise global, o nível 1 não é referenciado, igualmente numa “leitura” transversal pelos diversos itens, os valores aparecem igualmente distribuídos de forma regular entre os níveis 3,4 e 5.

A **Questão nº 6** pedia aos formandos sugestões práticas para o melhoramento desta formação, apesar de uma razoável percentagem de não respostas (37,5%) a análise mostra uma incidência nas sugestões: **o alargamento da acção de formação e/ou o ajustamento da carga horária**, foi igualmente referido: **as condições técnicas da sala e a promoção de mais debate e exemplos concretos referentes às instituições**.

No quadro de resposta múltipla que serviu para formular a **Questão 7**, pedia-se aos formandos que avaliassem as atitudes e práticas que pensam ter desenvolvido/adquirido durante a formação, sendo que a opção de resposta era múltipla e cada exemplo de atitude ou de prática foi considerada uma variável independente, registando-se o número de vezes (e a sua percentagem) que foi assinalada. Nesta questão os itens melhor avaliados foram: **Reconhecimento da necessidade de efectuar formação e de ter acesso a mais fontes de informação**, ambos com 87,5% das respostas, ou seja 7 em 8 formandos assinalou a coluna correspondente. As colunas menos assinaladas são: **Conhecimento do trabalho desenvolvido por instituições congéneres e a melhoria do relacionamento/envolvimento com os utentes da instituição onde trabalha**, respectivamente com 12,5% e 25%.

No que diz respeito à **Questão nº 8**, pedia-se aos formandos que referissem de que forma os conhecimentos adquiridos nesta acção de formação, teriam contribuído para o seu trabalho quotidiano nas instituições, com uma percentagem de não respostas de 37,5 %, os restantes formandos referiram: **o nível da Gestão quotidiana das suas instituições e a melhoria dos conhecimentos efectivos sobre o Sector**.

A **Questão nº 9**, pedia aos formandos sugestões e comentários para futuras Acções de Formação promovidas pela REAPN, sendo que as respostas apenas à formulação aparecem apenas 2 vezes e referem concretamente a mais acções sobre a Gestão das ONG's, embora mais alargadas e sobre a Contabilidade específica para este tipo de instituições.



De uma forma global, julgámos que apesar de existirem indicadores comuns nos três Módulos, que de uma forma clara, referem esta acção de formação como muito positiva, particularmente ao nível da organização logística, do seu planeamento e do apoio prestado aos formandos, bem como a nível dos conteúdos programáticos e do desempenho dos formadores. Por outro lado, a carga horária menos apropriada aos conteúdos, a pouca troca de experiências inter-institucionais e o pouco debate instituído, são os aspectos considerados menos positivos considerados pelos formandos.

### **Conclusões e Recomendações**

A importância deste tipo de acção de formação, mede-se fundamentalmente pelo grau de adesão que se verificou quando da sua divulgação. A elaboração de um programa formativo nesta área baseou-se na sequência de outras acções de formação anteriores sobre a mesma temática e na necessidade dos formandos adquirirem competências específicas que lhes sirvam de instrumentos para o seu desempenho profissional quotidiano.

O perfil dos formandos aponta claramente para um quadro que já foi por diversas vezes diagnosticado em variados estudos e projectos relativos ao Sector da Economia Social e do Terceiro Sector em Portugal. Com efeito, a maioria dos trabalhadores qualificados nestas organizações são mulheres, jovens, com uma licenciatura numa área das Ciências Sociais a trabalhar em instituições de pequena ou média dimensão, que não possuem recursos humanos suficientes para a gestão das suas valências. Neste sentido serão na grande maioria dos casos os técnicos de acção social a assegurar tarefas de gestão financeira e de recursos humanos para os quais não receberam nenhum tipo de preparação. Igualmente e também diagnosticado em variados estudos sobre o Sector, o perfil dos dirigentes apresenta-se genericamente como um sector voluntário, sem competências específicas para a gestão corrente das suas instituições, que muitas das vezes delega no corpo técnico a tarefa da organização e na gestão da própria instituição.

Os objectivos desta acção de formação, face ao quadro diagnosticado, procuram dar resposta à necessidade de qualificação dos técnicos e dirigentes destas organizações designadamente perante os novos desafios que lhes são impostos na sequência de novas funções que lhes são permanentemente atribuídas. Esta acção de formação, apesar da limitação horária imposta, procurou obedecer à lógica da oferta formativa que contribua para colmatar as lacunas existentes no mercado de formação e

procurou ser suficientemente flexível de modo a ser apropriada às instituições proporcionando aos seus colaboradores uma formação adequada.

Temos consciência que a proposta formativa, composta por 18 horas, embora divididos tematicamente pelas principais componentes da Gestão, não contempla de forma alguma as necessidades dos formandos, a nossa aposta seria na adopção de um modelo mais longo e intensivo de forma a corresponder a uma plena satisfação dessas necessidades, no entanto esta foi a acção possível, face aos recursos disponibilizados, julgámos que esta é uma aposta para o futuro num formato mais alargado e abrangente, que permita aprofundar as temáticas propostas e proponha novas metodologias e questões que se colocarão ao Sector, designadamente a candidaturas a Projectos de dimensão nacional e transnacional, a candidaturas a novas rubricas de formação e desenvolvimento social no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio pós 2006, a projectos de desenvolvimento social local e regional no quadro de iniciativas comunitárias, nacionais e regionais.

Por outro lado, a Gestão de Instituições sem Fins Lucrativos, pressupõe outros componentes não negligenciáveis por parte dos técnicos, nomeadamente a Gestão de Recursos Humanos a um nível mais profundo, particularmente nos capítulos das relações interpessoais, na gestão dos conflitos, na aposta em novas tecnologias e novos sistemas de comunicação, na área contabilística e na área administrativa pela necessidade de gerir fundos escassos e numa perspectiva mais alargada na presunção de que a angariação de fundos junto das empresas e entidades privadas é também um campo onde os técnicos terão de actuar em prol das suas organizações, a extrema dependência dos fundos do Estado poderá conduzir a médio prazo à “morte” de muitas instituições, serão necessárias novas fontes de financiamento que passarão necessariamente por outras formas de subsídios que possibilitem a realização do trabalho das Organizações sem Fins Lucrativos. Este será o desafio para o futuro para o Sector da Economia Social e consequentemente o futuro da formação dos técnicos de intervenção social.

## **7 – Estudo sobre a temática das Empresas de Inserção em Portugal/Actualização do Directório das EI publicado pela REAPN em 2001.**

A realização de uma Mostra/Feira Nacional das Empresas de Inserção, em Évora em Setembro de 2003, tornou possível, uma maior divulgação para o público em geral e para as Entidades Promotoras de Medidas do Mercado Social de Emprego, do duplo esforço destas empresas, na produção de produtos e serviços num mercado concorrencial e na integração sócio-laboral de mão-de-obra, com características difíceis de integrar no normal mercado do trabalho.

Este evento possibilitou, para além do encontro de Entidades Promotoras e de Empresas de Inserção e da oportunidade que representou para a troca de experiências e “boas práticas”, a troca de ideias e pontos de vista sobre os vários “caminhos” e as suas próprias dificuldades, foi elaborado sobre a forma de relatório do workshop o documento que pretendia elencar todas as dificuldades e propostas de solução de problemas.

É na sequência da Feira/Mostra de Évora e nos diversos workshops realizados desde 2002, que a REAPN propôs a realização de um trabalho que possa exprimir e dar continuidade à participação nestes eventos. Trata-se da produção de um documento de investigação, que seja um contributo válido e um complemento para o conhecimento de uma realidade sócio-laboral, consubstanciada numa Medida específica de integração de públicos desfavorecidos e de desenvolvimento local.

Este pretende ser um trabalho que avalie o impacto da Medida ao nível nacional analisando transversalmente todos os implicados: beneficiários, técnicos e entidades Promotoras, tendo em conta que este constitui um dos principais eixos estruturantes da REAPN, deverá contribuir para significativamente para a avaliação do impacto social e político da Medida. O seu enfoque, centrar-se-á sobretudo a partir de algumas ópticas de abordagem, nomeadamente: as principais dificuldades das Empresas de Inserção, nas suas várias fases; o processo de inserção sócio-profissional dos beneficiários; as potencialidades e fragilidades da Medida. Este será um trabalho na esteira do Relatório elaborado pela Comissão para o Mercado Social de Emprego, de avaliação e diagnóstico da Medida para o período compreendido entre os anos de 1998 e 2000, abrangendo os anos seguintes e tentando elaborar questões de partida, de modo a estabelecer um fio condutor que oriente a pesquisa.

Foi igualmente tema de discussão e continuará a sê-lo no ano 2005, no seio do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e procurar-se-á a colaboração teórico-metodológica por parte de especialistas académicos, para a constituição de um quadro teórico, que como conjunto organizado de conceitos enquadrem e atribuam significado à investigação.

A reunião dos dias 5 de Março e 17 de Junho com a Comissão para o Mercado Social de Emprego em Lisboa, colocou como actividade prioritária e pertinente para ambos os parceiros deste Protocolo a actualização do Anuário das Empresas de Inserção, já publicado em 2001 pela REAPN. A pertinência desta actividade, prende-se essencialmente com a necessidade de permitir à Entidades Promotoras do MSE, às Empresas de Inserção e a todas as Instituições envolvidas dum instrumento capaz de reunir todas as Empresas de Inserção no país, facilitando não só os dados genéricos, mas também o seu tipo de actividade, responsáveis, promotores e trabalhadores envolvidos. Tornando-se um instrumento fundamental de consulta único e eficaz, acrescido pela possibilidade da sua actualização na Página da Internet, já referenciada neste relatório.

Não se trata do abandono do estudo das Empresas de Inserção, mas tão só o seu adiamento à *posteriori* para o seu prosseguimento com dados mais actualizados e fiáveis.

Neste sentido, foi elaborado um Questionário de actualização do Directório das Empresas de Inserção em Portugal, em conjunto com outros dois questionários já referidos, de forma a serem enviados, a todas as Empresas de Inserção em território nacional, num total de aproximadamente 600 Empresas de Inserção. Nesta tarefa tivemos a necessária colaboração, a experiência e *know-how* do próprio IEFP, no sentido de, aproveitando as suas bases de dados e as estruturas regionais e locais, conseguir uma maior eficácia na obtenção de resultados, foi igualmente utilizado a colaboração e a persuasão junto das Entidades Promotoras e das EI, por parte destas estruturas do IEFP, nomeadamente os seus CTE's no sentido de trazer uma mais valia para todo este trabalho.

Todos os inquéritos foram elaborados em parceria com a estrutura técnica do IEFP, através do Departamento de Programas de Inserção e da Comissão para o Mercado Social de Emprego, bem como elementos do próprio Grupo de Trabalho sobre

Economia Social e Terceiro Sector em Portugal. Obedecendo a várias fases de controlo metodológico no que concerne à elaboração dos próprios inquéritos.

Neste sentido, seguiram em conjunto com a ficha de actualização do Directório, dois tipos de inquéritos complementares, que posteriormente serão a base da análise desta Medida: um Inquérito de avaliação da Medida Empresas de Inserção, dirigido às Entidades Promotoras; e um Inquérito aos Trabalhadores das Empresas de Inserção, neste último caso, julgámos pertinente o envio deste inquérito pela possibilidade de participação directa neste estudo dos próprios beneficiários da Medida, pelas razões já explicitadas em rubricas anteriores (Ver workshop de Évora, dia 30 de Junho de 2004).

Os Inquéritos foram enviados em início de Setembro e ainda no decorrer desse mês começou a recepção e o tratamento de toda a informação enviada. Neste sentido foram construídas dois tipos de Bases de Dados: uma que permitisse a recolha de informação para ser directamente inserida no Directório e uma outra, que se subdivide em 3, e num programa de SPSS, de forma a recolher a informação referente aos outros inquéritos (Entidades, Avaliação da Medida e Trabalhadores). Nesta última como se explica acima, toda a informação se destina a realizar o trabalho de Investigação sobre a Medida Empresas de Inserção, tendo em conta as suas variantes: Entidades Promotoras, a sua caracterização genérica; a avaliação que cada uma das Entidades Promotoras realiza da Medida e a avaliação dos próprios trabalhadores.

Em termos numéricos, será pertinente apresentar algumas considerações, pelas dificuldades apresentadas na recolha de informação:

Todos os dados se referem à recolha de informação até 31 de Dezembro de 2004.

Ao nível da recolha da informação referente à actualização do Directório, foram recolhidos 317 inquéritos, num total de 519 (**ver Quadro 12**). Numa primeira fase procedeu-se à recolha simples da informação, isto é, aguardando cerca de um mês (aproximadamente até 15 de Outubro), o envio dos questionários, no total de 150. Posteriormente foi pedida aos Serviços Centrais do IEFP a Base de Dados das Entidades Promotoras com registo nos Serviços Centrais, seguidamente procedeu-se à distribuição geográfica de acordo com a implementação territorial da REAPN, através dos seus Núcleos Distritais e da Sede nacional, de forma a toda a informação restante ser recolhida, particularmente a que diz respeito à actualização do Directório.

Muitas das Entidades, respondendo ao apelo do IEFP e da REAPN, entregaram conjuntamente os outros dois inquéritos, sendo que até 31 de Dezembro foram entregues 138 inquéritos de Avaliação da Medida por parte das Entidades Promotoras e 807 inquéritos aos trabalhadores das Empresas de Inserção.

Tendo em conta a dificuldade de realização desta tarefa, a REAPN tem tido à disposição deste projecto os seus quadros no “terreno” de forma a sensibilizar todas as Entidades Promotoras na colaboração e na disponibilização de toda a informação necessária e na actualização permanente das diversas bases de dados.

<b>Região</b>	<b>Entidades BD enviada pelo IEFP (nº Entidades)</b>	<b>Informação recolhida até 31 de Dezembro 2004 (nº Entidades)</b>
Norte	140	85 (60,7%)
Centro	116	78 (67,2%)
Lisboa Vale Tejo	193	96 (49,7%)
Alentejo	53	44 (83%)
Algarve	16	14 (87,5%)
<b>TOTAL</b>	<b>518</b>	<b>317 (61,2%)</b>



## 8- Articulação com as estruturas centrais do IEFP

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e dois representantes da REAPN”.

Dando seguimento a esta orientação, os representantes da REAPN nesta Comissão são:

- Dra. Sandra Araújo – Coordenação Técnica da REAPN
- Dr. Sérgio Aires – Coordenação Técnica da REAPN

Está prevista a realização de 4 reuniões da Comissão Paritária durante o ano, de forma a acompanhar as acções desenvolvidas e efectuar uma avaliação contínua que permita reajustamentos e alterações ao plano de acção delineado.

Durante o 1º Semestre a Comissão Técnica reuniu por duas vezes com a Comissão para o Mercado Social de Emprego, com vista a um acerto de actividades em relação ao Plano de acção para 2004, não se tendo realizado nenhuma reunião da Comissão Paritária.

Foi realizada uma reunião em 10 de Novembro de 2004 com o objectivo de avaliar as acções relativas ao Plano de Acção em 2004.

## **9- Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e actividades do Plano de Acção**

Para a prossecução dos objectivos e promoção das actividades delineadas no presente Plano, a REAPN conta com os seguintes recursos:

### Humanos:

- a) Apoio e supervisão da coordenação técnica da REAPN para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Interlocutores Regionais da REAPN para a implementação regional das acções;
- c) Apoio dos Núcleos Regionais, nomeadamente através dos seus representantes regionais (coordenação);
- d) Contratação de um técnico licenciado a tempo inteiro, para a execução das tarefas directamente relacionadas com as acções do projecto;
- e) Contratação dos facilitadores / formadores que colaborarão nas acções a implementar;
- f) Membros da REAPN que integrarão a Comissão paritária entre a mesma e o IEFP.
- g) Utilização pontual e de comum acordo de alguns dos recursos técnicos do IEFP, nomeadamente ao nível das acções de Sensibilização e na organização do Seminário final.

### Técnicos:

- a) Utilização dos meios logísticos da REAPN (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das acções em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da REAPN para a prossecução das acções;
- c) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das acções (sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das acções, etc. (meios logísticos que serão afectos exclusivamente a esta acção).

## **CONCLUSÃO**

Após a realização, durante o ano 2003 de uma série de eventos que implicaram um grande esforço logístico e de mobilização de todos elementos disponíveis em torno deste Protocolo, nomeadamente a I Mostra Nacional do Mercado Social de Emprego e da Mesa Redonda sobre Economia Social e Terceiro Sector, paralelamente à realização de 6 workshops de divulgação/dinamização do MSE, de duas acções de formação e da implementação de uma Página na Internet. Colocava-se o desafio de consolidar e reforçar todas as linhas de acção empreendidas no ano anterior.

O Plano de Acção de 2004, procurou promover uma aposta na qualificação e na dinamização destas acções. Assim, as consequências mais directas seriam a promoção de um Estudo sobre Empresas de Inserção em Portugal, como prosseguimento lógico da Mostra de Évora, no sentido em que o aprofundamento e a reflexão sobre a realidade da Medida e da sua adaptabilidade ao mercado e à integração sócio-laboral de públicos-alvo significariam a continuidade deste trabalho.

Por outro lado, a realização da Mesa Redonda sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, permitiu o testemunho e a reflexão sobre a temática no país, igualmente possibilitou uma reflexão sobre o seu futuro e o seu enquadramento numa Economia globalizada e num quadro de aumento da taxa de desemprego, a continuidade desta acção será a realização de uma conferência internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector.

A Página da Internet, permitiu a consolidação de troca de fluxos de informação, entre as Entidades implicadas no Sector, particularmente as que participam no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, Grupo que vem desenvolvendo o seu trabalho desde 2003 e que procurou em 2004 servir de suporte metodológico, grupo de pilotagem e de reflexão teórica ao Protocolo. Independentemente de todas estas acções, foi ainda prosseguida a parte mais habitual do Plano – as acções de formação e as acções de informação/divulgação da Medida.

A preocupação com uma componente mais inovadora no desenvolvimento deste trabalho, prende-se essencialmente com a definição de novos contornos, novas dimensões e novas abordagens numa realidade em evolução permanente: o combate

à exclusão social e à pobreza pela inclusão sócio-laboral e a consciência de que esta realidade implica necessariamente a utilização de novos instrumentos que possibilitem estratégias cada vez mais eficazes, mais adaptadas à mudança, por parte dos técnicos, dirigentes e beneficiários. Ao apostarmos na inovação de instrumentos de trabalho, dando-lhes novas referências, procurando novos horizontes, definindo novas metas, conseguiremos mais indicadores objectivos de execução das Medidas do MSE. Continuamos na convicção de que não se apresenta tarefa fácil a simples adaptação a novas realidades sócio-laborais das Medidas do MSE, revela-se de fundamental importância o desenvolvimento de parcerias adequadas, de forma a dar respostas adequadas. O MSE não constitui uma realidade estanque e fechada é antes de mais uma forma de dar resposta a problemas sociais cada vez mais abrangentes e afectados por novas realidades e novas formas de exclusão e pobreza.

Pensámos por outro lado, que a simples execução e aplicação de Medidas, embora com a flexibilidade necessária às realidades sociais, não poderá ser eficaz sem a participação directa dos principais interessados – os beneficiários – A REAPN tem dado especial ênfase a esta questão, nomeadamente através da metodologia aplicada aos workshops promovidos e a promover pelo Plano de Acção para 2004, com resultados bastante encorajadores. Dar voz aqueles que normalmente não a têm, implicar em todo o processo os beneficiários, melhora substancialmente os níveis de decisão e – talvez o mais importante - os processos de implementação. Julgamos que esta constitui uma questão fundamental ao nível da implementação de novas Medidas do MSE, não poderemos excluir a participação de todos os implicados, a sua “voz” torna-se imprescindível ao nível da definição de nova legislação, da definição das políticas sociais e em todos os acordos administrativos, uma vez que se apresentam como consequências no seu dia-a-dia laboral, obviamente que tal processo implica também uma responsabilização dos trabalhadores, numa aprendizagem criativa de participação.

A REAPN, tem procurado dar, através deste Protocolo um contributo participativo e inovador nas acções de divulgação/informação e de formação de técnicos e dirigentes das Instituições na área da Solidariedade Social, em 2004, revelou-se de particular importância o trabalho em parceria com as várias Entidades presentes no Grupo de Trabalho sobre Economia Social, particularmente ao nível da consultadoria e da reflexão. Parceria que também se traduz na sua estreita colaboração com os órgãos internos do próprio IEFP – CMSE, locais e regionais – procurando dar expressão à sua filosofia de trabalho e ao prosseguimento dos seus objectivos fundamentais – a

capacitação das pessoas e das organizações que desenvolvem trabalho na área da pobreza e da exclusão social, julgamos que esta é a nossa principal tarefa no desenvolvimento deste Protocolo com o IEFP.

Dois apontamentos finais para o que não foi possível realizar dentro dos limites temporais de 2004, sem contudo, deixar de ser objectivo para o início de 2005 e já existir todo um trabalho desenvolvido para que tais propostas se possam concretizar: por um lado, a Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector, já agendada e prevista, que por razões de indisponibilidade de alguns dos intervenientes se ter adiado para o início de 2005. Outra das apostas: a actualização do Directório das Empresas de Inserção, trabalho iniciado, ao nível do planeamento em Março, enviado para as Entidades em Setembro e actualmente na fase final de recolha de informação, será igualmente objectivo a concretizar até ao final do primeiro trimestre de 2005.